

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR – POSTALIS
(SOB REGIME ESPECIAL DE
INTERVENÇÃO)

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR –
POSTALIS (SOB REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO)

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Conteúdo:

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações da mutação do patrimônio social

Demonstrações do ativo líquido por plano de benefício

Demonstrações da mutação do ativo líquido por plano de benefício

Demonstrações consolidadas do plano de gestão administrativa

Demonstrações das provisões técnicas por plano de benefício

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Interventor, Participantes e Patrocinadora do
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR –
POSTALIS (SOB REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO)
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS (SOB REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO) (“POSTALIS” ou “Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefício administrados pelo POSTALIS (aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº8) em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios, que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – POSTALIS (SOB REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO) e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2018, e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante quanto à continuidade operacional (Equilíbrio Atuarial do Plano BD)

As demonstrações contábeis individuais do Plano de Benefício Definido foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Conforme mencionado na nota explicativa 12, a situação econômico-atuarial do Plano de Benefício Definido, em 31 de dezembro de 2018, é deficitária em R\$6.034.68 mil, observada por meio do confronto entre as Provisões Matemáticas e o Patrimônio de Cobertura do Plano. Esse fato indica incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional do Plano BD. Os planos da administração para manutenção das atividades do plano BD estão divulgados na nota explicativa nº 2.1.1. e estão embasados principalmente nos seguintes aspectos: a) na efetiva aplicação de um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta cuja proposta prevê que o Postalís, a Previc e o Patrocinador (Correios) acordam por uma definição mais adequada de uma estratégia previdenciária para tratamento do desequilíbrio técnico do Plano; b) no êxito nos processos judiciais para recuperação dos ativos aprovacionados historicamente para perdas, conforme divulgados na nota explicativa nº 5; e c) no estudo específico da análise da liquidez, divulgado na nota explicativa nº 2.1.1, que indica que os recursos garantidores do plano serão compatíveis com suas obrigações até o ano de 2029. As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal das atividades do plano. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões matemáticas:

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 12 das demonstrações contábeis, o Postalís possui consignado em suas demonstrações contábeis provisões matemáticas que são calculadas com referência a uma série de premissas atuariais, incluindo taxa de desconto, inflação e taxa de mortalidade. Devido à complexidade e julgamento envolvidos no tratamento e mensuração dessas premissas e ao impacto relevante que eventuais mudanças teriam sobre as demonstrações contábeis, consideramos que este é um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

- Avaliamos a razoabilidade dos mecanismos existentes na estrutura de controles internos do Postalís para o monitoramento dos riscos atuariais. Avaliamos ainda a existência de instrumentos para avaliação quanto à aderência das premissas utilizadas nessas estimativas;

- Efetuamos testes de consistência da base de dados atuarial utilizada pelo Instituto para o cálculo das provisões matemáticas, tais como, confronto das informações da folha de benefícios aos dados constantes nas bases atuariais, confronto dos arquivos de arrecadação das contribuições previdenciárias aos dados constantes nas bases atuariais e inspeção, com base em testes, da documentação suporte ao cadastro do participante e ou assistido;
- Analisamos a razoabilidade e sensibilidade das principais premissas utilizadas e informadas nos relatórios atuariais dos planos de benefícios administrados pelo Postalís, assim como a adequação dos valores do passivo atuarial nos cálculos efetuados pelos atuários externos contratados; e
- Analisamos a adequação das divulgações descritas na nota explicativa nº 12 nas demonstrações contábeis, especificamente em relação a conformidade às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos adequada a mensuração das provisões matemáticas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Valorização e existência dos investimentos (Recursos garantidores às reservas matemáticas)

Conforme mencionado na nota explicativa nº 6 das demonstrações contábeis, o Postalís possui saldos relevantes de investimentos em suas demonstrações contábeis para garantia às reservas matemáticas, classificados nas categorias “títulos para negociação” e “mantidos até o vencimento”. Conforme determinam a Instrução SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, os títulos para negociação são marcados à mercado e os títulos mantidos até o vencimento são avaliados à curva (custo amortizado). Considerando a relevância e materialidade dos investimentos no conjunto das demonstrações contábeis, consideramos a valorização e a existência dos referidos ativos como um dos principais assuntos de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

- Confrontamos e conciliamos as quantidades e saldos constantes na carteira diária (extrato da custódia) disponibilizado pela instituição financeira responsável pela custódia dos investimentos aos respectivos registros contábeis do Instituto na data-base de 31 de dezembro de 2018;
- Para os ativos com frequente negociação no mercado, classificados na categoria “títulos para negociação”, efetuamos testes substantivos analíticos para avaliar a razoabilidade dos resultados registrados às demonstrações contábeis, bem como, confrontamos os PUs (Preços Unitários de Valor de Mercado) disponíveis no mercado aos respectivos registros contábeis do Instituto na data-base de 31 de dezembro de 2018;

- Com base em testes, para os ativos classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”, efetuamos o recálculo da curva de determinados ativos constantes na carteira de investimentos do Postalís na data-base de 31 de dezembro de 2018;
- Para os ativos que não são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis, referentes principalmente aos investimentos CJP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, FIP Energia PCH e Condomínio Logístico Cajamar, analisamos as premissas econômicas e financeiras utilizadas para a marcação a mercado e confrontamos as informações contábeis apresentadas nos laudos de avaliação com as últimas demonstrações contábeis divulgadas; e
- Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas na nota explicativa nº 6, estão de acordo com às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração e a existência dos valores dos investimentos no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Ênfases

Ativos em Investigação

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, o Postalís possui ativos que estão sob investigação das autoridades competentes, com o objetivo de apurar responsabilidade pelos prejuízos ocasionados ao Instituto, em especial o plano BD Saldado pelos sucessivos déficits apurados. A referida investigação decorreu de apurações administrativas, como o Relatório Final da CPMI dos Fundos de Pensão, relatórios de fiscalização e autos de infração realizados pela Superintendência Nacional da Previdência Complementar – Previc e as avaliações da auditoria especial conduzida pelos Correios. Ademais, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM também instaurou procedimentos administrativos para apurar a prática de irregularidades de investimentos realizados com recursos do Instituto. A Administração do Postalís impetrou ação judicial contra as empresas BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda., cujo objetivo é receber a multa contratual decorrente do inadimplemento dos réus, bem como recuperar os prejuízos causados, incluindo danos emergentes e lucros cessantes, em virtude dessas operações. Em função do estágio preliminar em que se encontram as medidas e ações adotadas, a mensuração dos possíveis efeitos às demonstrações contábeis não pode ser adequadamente estimada. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Reserva de Tempo de Serviço Anterior - RTSA

O compromisso referente ao serviço passado, apurado por ocasião da adequação da Reserva de Tempo de Serviço Anterior – RTSA, apresentou, em 31 de dezembro de 2018, saldo atualizado de R\$ 1.725.024 mil. Esta reserva reflete o montante atribuído ao tempo de serviço anterior à data de criação do plano de Benefício Definido. A Administração do Instituto recebeu do patrocinador (ECT) correspondência informando que foi aprovada em reunião extraordinária do seu Conselho de Administração a suspensão dos pagamentos dos valores relativos à RTSA, conforme orientação do Ofício nº 23/2014/SSPG/SE-MC, do Ministério das Comunicações. Dessa forma, este montante foi incluído no total do déficit técnico equacionado, tendo em vista que não haverá integralização da parcela das provisões matemáticas a constituir pelo patrocinador, devendo ser coberta pelo aumento das contribuições extraordinárias dos participantes. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11.2 b), a Administração do Instituto impetrou ação contra a patrocinadora ECT para cobrança da referida dívida, a qual encontra-se em andamento, sem decisão final. Nossa opinião não está modificada em razão desse assunto.

Outros assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria, datado de 19 de novembro de 2018, com modificação na opinião em função da defasagem de informações sobre o investimento no Fundo de Investimento Energia PCH FIP (Plano BD). Todavia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as informações financeiras do referido investimento foram devidamente atualizadas e não houve impacto julgado material no resultado corrente do exercício.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília-DF, de 28 março de 2019



Ricardo de Albuquerque Cavalcanti
Contador CRC DF 018838/O -0

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Instituto de Previdência Complementar – Postalis (sob regime especial de intervenção), inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ) nº 00.627.638/0001-57, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira qualificada como multipatrocinada e com multiplano, com sede na cidade de Brasília - Distrito Federal (DF), cujas atividades são regidas pelas Leis Complementares nºs 108 e 109/2001.

A entidade tem como objetivo instituir, administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário, em conformidade com as normas do Ministério da Economia, por meio do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

O Postalis dispõe de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme o art. 5 da Lei nº 11.053/2004, art. 5º da Lei 10.426/2002 e artigos. 10 e 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal (IN SRF nº 588/2005). A entidade sujeita à tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas, nos termos da Lei nº 12.973/2014, que promoveu alteração no caput do art. 3º da Lei nº 9.718/1998, baseada no enquadramento técnico estabelecido na resolução MPS/CNPC nº 12/2013, bem como, da Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), principal receita da Previc, calculada de forma quadrimestral com base nos recursos garantidos dos planos de benefícios, conforme o art. nº 12 da Lei nº 12.154/2009.

O Instituto administra 02 (dois) planos de benefícios de natureza previdenciária e um plano de gestão administrativa, conforme Resoluções MPS/CGPC nº 16/2005 e (MPS/CGPC nº 29/2009).

2. PLANOS ADMINISTRADOS

No encerramento dos exercícios (31 de dezembro) de 2017 e 2018, o Instituto apresentou as seguintes composições populacionais por planos de benefícios:

Situação	Benefício Definido		Postalprev	
	2018	2017	2018	2017
Ativos	57.740	64.971	95.678	103.399
Aposentados	24.376	19.155	3.917	2.537
Pensionistas	6.073	6.150	1.379	1.239
Total	88.189	90.276	100.974	107.175
Idade Média da População	56	56	52	51

Os recursos de que a entidade dispõe para funcionamento são provenientes de contribuições de suas patrocinadoras e de seus participantes, bem como dos rendimentos auferidos das aplicações desses recursos, observadas as regras fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

2.1 PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO (BD) SALDADO (CADASTRO NACIONAL DE PLANOS DE BENEFÍCIOS – CNPB nº 19.810.004-29)

O plano BD é aquele cujos benefícios programados têm seu valor ou nível previamente estabelecido, sendo o custeio determinado por meio de cálculo atuarial de forma a assegurar sua concessão e manutenção.

Instituído em 1981 e saldado em mar/2008, o plano BD Saldado é patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, cujas regras de saldamento estão dispostas em seu regulamento vigente, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar – SPC (Ofício nº. 4.683, de 12/12/2007).

As prestações de previdência asseguradas pelo regulamento abrangem:

- BPS - Benefícios Proporcional Saldado ;
- BPS por invalidez;
- BPS antecipado;
- Pensão por Morte;
- suplementação do auxílio-reclusão; e
- Pecúlio por Morte somente para os beneficiários de assistidos.

2.1.1 Continuidade Operacional do Plano BD Saldado

O interventor aprovou o Relatório de Risco de Liquidez de Médio e Longo Prazo do Plano BD, que teve por finalidade atender à NBC TA 570 – Continuidade Operacional, em conexão com o encerramento das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2018. Cabe ressaltar, no que se refere à continuidade do plano, que o Postalís realiza, periodicamente, diversos estudos técnicos com o objetivo de preservar o equilíbrio financeiro e atuarial, bem como a liquidez e a solvência dos planos administrados.

A avaliação atuarial de 2018 do Plano BD aponta que as Provisões Matemáticas a Constituir montam, em 31/12/2018, R\$ 5.526.531 mil, e referem-se, integralmente, a déficit equacionado. Já o equacionamento do déficit técnico acumulado de R\$ 6.034.687 mil deverá ser realizado por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC , em que Postalís, Previc e Correios acordam por uma definição mais adequada de uma estratégia previdenciária para tratamento do desequilíbrio técnico do Plano BD e cujo cronograma prevê 26 meses

Apesar do déficit acumulado, as obrigações de médio e/ou longo prazo do plano estão suportadas pelo seu fluxo financeiro, conforme demonstrado no Relatório de Risco de Liquidez de Médio e Longo Prazo do Plano BD elaborado pela área de monitoramento de riscos da entidade, em março/2019, com base em dezembro/2018, tendo em vista os seguintes aspectos:

- a) Recursos Garantidores do plano são compatíveis com suas obrigações até o ano de 2029; e
- b) o estudo aponta para inflexão (descasamento) no fluxo futuro de caixa do plano em 2023, considerando-se o cenário base.

Assim sendo, conclui-se que o Plano BD possui viabilidade financeira projetada de, aproximadamente, 15 anos para honrar os seus compromissos. Entretanto, conforme apontado no estudo do fluxo atuarial: elaborado pelo Instituto, em atendimento à Resolução CNPC nº 29/2018, caso seja considerada a projeção dos equacionamentos futuros (considerando que sempre que houver déficit, este será equacionado pelo valor mínimo e pelo prazo máximo permitidos pela legislação) e consequentemente, a estimativa de receita gerada, o Plano apresentará suficiência financeira ao longo de todo o período analisado, tendo capacidade operacional para um horizonte de médio a longo prazo, indicando sua capacidade de continuidade operacional.

Os déficits apurados nos exercícios anteriores podem vir a ser minimizados ao longo da vigência do TAC na medida em que o Postalís venha a ter sucesso com as ações para recuperação dos investimentos que sofreram *default*. (Nota 5)

2.2 PLANO POSTALPREV (CNPB 2.002.047-65)

O Plano Postalprev é um plano estruturado na modalidade de contribuição variável (CV), sendo que na fase de acumulação os saldos de contribuição são estruturados na modalidade de contribuição definida (CD), e os benefícios são concedidos na forma de percentual do saldo de contas. Os benefícios programados (aposentadoria normal e antecipada), após sua concessão e os benefícios de risco (invalidez, pensão por morte, pecúlio e auxílio-doença) são estruturados na modalidade BD.

Patrocinado pelas empresas Correios e Postalís, o plano Postalprev está aberto para novas adesões desde março/2008.

Os benefícios assegurados pelo regulamento abrangem:

- aposentadoria normal;
- aposentadoria antecipada;
- aposentadoria por invalidez;
- pensão por morte;

- auxílio-doença; e
- pecúlio por morte.

2.3 PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Conforme disposto nas Resoluções MPS/CGPC nº 29/2009 e o MPS/CNPC nº 29/2018, o PGA tem por finalidade registrar as atividades referentes à gestão administratida da entidade, na forma do seu regulamento, aprovado pela administração por meio da Decisão do Interventor 2018/036, de 14/08/18.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC) editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e, nos registros e procedimentos contábeis específicos, as normas editadas pelo CNPC e pela Previc.

A planificação contábil padrão das EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo de sua atividade, proporcionando informações mais adequadas e relevantes às peculiaridades do segmento. Respeitando, desta forma, a autonomia patrimonial dos planos de acordo com a Resolução MPS/CNPC nº 29/2018.

O Postalís tem sua estrutura contábil segregada em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos, cujas classificações são realizadas segundo a natureza e a finalidade das transações abaixo:

- a. Gestão Previdencial: registra e controla todas as atividades previdenciais dos planos de benefícios, tais como recebimento de contribuições, pagamento de benefícios, institutos (BPD, Resgate, Portabilidade e Autopatrocínio), constituição/reversão de provisões matemáticas e fundos.
- b. Gestão Administrativa: tem como objetivo registrar e controlar as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas da entidade. A segregação das despesas administrativas entre Gestão Previdencial e Investimentos observa critérios preestabelecidos aprovados pela administração.
- c. Investimentos: tem por finalidade registrar o patrimônio dos planos de benefícios previdenciais, cujo objetivo é alcançar rentabilidade compatível com as metas atuariais, assim como com o índice de referência do PGA.

3.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme a Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e a Resolução MPS/CNPC nº 29/2018, as EFPC's apresentam as seguintes demonstrações contábeis, ao final do exercício:

- a. Balanço Patrimonial (BP): de forma consolidada, tem como finalidade evidenciar os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos de benefícios previdenciários;
- b. Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS): de forma consolidada, apresenta as variações ocorridas no patrimônio social dos planos de benefícios;
- c. Demonstração do Ativo Líquido (DAL): por plano de benefícios, tem como finalidade evidenciar a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais;
- d. Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL): por plano de benefícios, demonstra as mutações ocorridas no ativo líquido;
- e. Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA): de forma consolidada, evidencia a atividade administrativa da entidade e as alterações do fundo administrativo;
- f. Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios (DPT): por plano de benefícios, evidencia as alterações do patrimônio de cobertura ao fim de cada exercício, demonstrando os valores das obrigações presentes e futuras dos planos para com os seus participantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis: de forma consolidada, apresentam informações complementares quanto à situação patrimonial, atividades operacionais e outros fatos considerados relevantes pela entidade.

A escrituração contábil é centralizada na sede e está revestida das formalidades legais . A autenticação dos livros contábeis é realizada por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD do Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), na forma estabelecida pela SRFB (Decreto nº 6.022/07 e Decreto nº 9.555/2018).

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 foram aprovadas pelo Interventor da Previc em 28/03/2019.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas atuariais e contábeis adotadas pelo Postalís são estabelecidas pela administração com base em metodologias e premissas periodicamente revisadas. No entanto, na ocasião da realização dos resultados, pode haver variações em relação às estimativas.

Dentre as principais estimativas, destacamos: valor justo de determinados ativos, como instrumentos financeiros e investimentos imobiliários, provisões para crédito de liquidação duvidosa, passivos contingenciais e provisões matemáticas.

4.2 GESTÃO DE RISCOS

A política de Gestão de Riscos do Instituto destina-se a estabelecer regras, limites e metodologia para o monitoramento e avaliação dos riscos aos quais os recursos dos planos estão expostos. Para isso, estabelece critérios, parâmetros e limites de gestão de risco para a carteira de investimentos, sendo eles:

a. Risco Atuarial: para determinar o passivo dos planos de benefícios, promove-se o cálculo das provisões matemáticas com base nas diversas hipóteses adotadas para fazer inferências sobre o futuro, que determinam o comportamento da massa de participantes, assistidos, pensionistas e seus dependentes, observando-se também o retorno dos investimentos e o cenário econômico. A cada ano, o Postalís realiza o monitoramento contínuo por intermédio de estudos técnicos para comprovar a aderência das premissas adotadas nos cálculos atuariais em relação ao efetivamente realizado, tais como mortalidade de válidos, mortalidade de inválidos, entrada em invalidez, rotatividade, taxa de juros, crescimento real de salários, composição familiar, inflação, entre outras, propondo a revisão nos casos em que ficar evidenciada, por determinado período e reiteradamente, a não-aderência.

b. Risco de Mercado: o acompanhamento do risco de mercado é feito por meio do Value-at-Risk (VaR) que estima, com base nos dados históricos dos retornos dos ativos, a perda máxima possível, dentro de um certo nível de confiança estatístico. O VaR utilizado é o do tipo paramétrico com nível de confiança em 95%. Além disso, mensalmente são realizados Stress Test (cenário) em que se supõe os preços de mercado sofrendo variações maiores do que aquelas utilizadas modelo paramétrico de VaR. Anualmente, na análise dos cenários de Application Lifecycle Management (ALM) utilizamos o efeito do cenário de Stress Test para provisionamento adicional impactando o resultado e a liquidez de cada plano.

c. Risco de Crédito: o risco de crédito dos investimentos dos planos é avaliado com base em rating externo elaborado por empresas conceituadas de avaliação no mercado, para os quais se estabelecem pisos de qualidade, restringindo os investimentos aos níveis considerados na faixa de nível de investimento, eliminando os de grau especulativo. Os ratings são revistos periodicamente, com intervalo máximo de um ano. Além dos ratings externos, o Postalís realiza a análise

fundamentalista econômico - financeira e emite parecer com os riscos da operação para cada novo investimento ou renegociação, submetendo-os ao Comitê de Investimento, com eventuais sugestões quanto ao reforço nas garantias ou outros condicionantes à operação.

d. Risco de Liquidez: o risco de liquidez caracteriza-se, principalmente, pela possibilidade de descasamentos entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Tal risco pode ser dividido nas seguintes classes: possibilidade de indisponibilidade de recursos para pagamento de obrigações (Passivo) e possibilidade de inadimplência ou inexistência de demanda pelos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos (Ativo). A gestão desse risco é feita por intermédio do controle de fluxo de caixa, índice de liquidez e solvência do plano. Por meio do efeito do cenário de Stress Test no estudo de ALM são analisados cenários com o impacto na liquidez de cada Plano.

e. Risco Operacional: o Postalis possui um sistema de gestão de riscos operacionais, contendo matriz de riscos originais (bruto) e residuais (após impacto da qualidade dos controles), com apontamento dos riscos mais relevantes. Iniciamos a execução de planos de ação para mitigação dos riscos considerados de maior impacto com o objetivo da melhoria dos controles internos. Além disto, está prevista a revisão anual de todos os riscos e da qualidade de controle.

f. Risco na Terceirização: na administração dos recursos financeiros há a possibilidade da terceirização total ou parcial dos investimentos da entidade. Esse tipo de operação delega responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores. O Postalis realiza periodicamente avaliação de desempenho de seus gestores de fundos de investimento nos segmentos Referenciado, Multimercado, Renda fixa e Ações. Essas avaliações preveem o saque de recursos de forma gradativa caso o gestor não supere seu benchmark conforme estipulado no Manual de Investimento. Os riscos decorrentes da terceirização foram avaliados, sendo identificada a possibilidade de melhoria de controles que será implementada mediante execução de plano de ação.

g. Risco Legal: o risco legal está relacionado especialmente a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras oriundas de decisões desfavoráveis em processos judiciais, arbitrais e administrativos em desfavor do Postalis, não execução de contratos e/ou do não cumprimento das normas. O controle do risco legal incide sobre a gestão de investimentos e sobre as atividades operacionais, incluindo, mas não se limitando àquelas inerentes à gestão de qualidade de atendimento e ao cuidado com os cumprimentos de contratos. e. Entre outros controles, para a mitigação desses riscos, utilizamos o suporte de pareceres jurídicos para contratos com participantes e terceiros; a avaliação e reavaliação de legislações que impactam os negócios,

a elaboração periódica de relatórios que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à Política de Investimentos (PI), assim como a revisão periódica dos normativos internos.

h. Risco Sistemico: o risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Para esse fim é importante que sejam considerados cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação aos eventos de risco. Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos leva em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise. Atualmente, o Instituto adota visão conservadora para novos investimentos.

i. Risco de imagem: risco decorrente de opiniões e questionamentos adversos de reguladores, fiscalizadores, participantes e sociedade em geral, sobre atitudes da entidade ou de seus colaboradores e administradores agindo em seu nome, que abalem a confiança e a credibilidade, impactando diretamente os valores dos investimentos do Postalís. Os riscos de imagem foram avaliados, sendo implantadas boas práticas de gestão econômico-financeira e de governança corporativa, bem como a possibilidade de melhoria mediante execução de plano de ação aperfeiçoando as práticas de integridade.

4.3 GESTÃO PREVIDENCIAL

Representa os recursos a receber de cada plano de benefícios relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes, assistidos e autopatrocinados, observando-se o plano de custeio, assim como o adiantamento das folhas de benefícios, depósitos judiciais e recursais.

4.4 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Registra as receitas e as despesas inerentes às atividades administrativas do Postalís.

A participação dos planos de benefícios no Fundo Administrativo corresponde ao patrimônio do PGA, que é constituído pelas receitas, deduzidas as despesas comuns e específicas da gestão previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

4.5 INVESTIMENTOS

Os limites operacionais de aplicação dos recursos garantidores das provisões matemáticas e fundos são fixados pela Resolução CMN nº 4.661/2018 e pelas Políticas de Investimento, revisadas anualmente pelo Instituto.

Conforme a Instrução MPS/SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, a precificação dos títulos e valores mobiliários obedece três níveis de hierarquia para mensuração do valor justo:

Nível I - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível II - Informações (*inputs*) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível III - Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

4.5.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos.

A Resolução MPS/CNPC nº 29/2018 estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários integrantes das carteiras próprias e de fundos de investimento exclusivos.

De acordo com a Instrução SPC nº 34/2009 e a Deliberação CVM nº 699/2012, a precificação dos títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- a. Títulos para Negociação (Marcados a Mercado): referem-se aos títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados, independentemente do prazo, a decorrer da data da aquisição.
- b. Títulos Mantidos até o Vencimento (Marcados na Curva): referem-se aos títulos e valores mobiliários para os quais haja intenção e capacidade financeira da entidade de mantê-los em carteira até o vencimento, desde que tenham prazo a decorrer de no mínimo 12 meses a contar da data de aquisição e que sejam considerados pela entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no país, como de baixo risco de crédito. Caso sejam verificadas alterações no risco do título e valor mobiliário de baixo para médio ou alto risco de crédito, deverá ocorrer imediata transferência da categoria de títulos mantidos até o vencimento para a categoria títulos para negociação. A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários nas categorias apresentadas somente poderá ser efetuada por ocasião da elaboração dos balanços anuais.

Para os títulos que não possuem mercado ativo, o Postalis emprega as seguintes metodologias de precificação:

- preço referencial indicativo de entidade de renome que represente instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais brasileiros (exemplo: Anbima); ou
- custo amortizado com aplicação do teste de *impairment* considerado o risco de crédito do emissor. Caso o emissor não tenha risco de crédito calculado por nenhuma empresa de rating, o Postalis atribui o grau de risco máximo.

4.5.2 Ações

As ações das companhias negociadas em bolsa de valores estão registradas pelo valor de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes sobre a operação. Para a precificação do ativo observa-se a cotação de fechamento do mercado no último dia em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores. As rendas e as variações positivas provenientes de bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio são reconhecidas a partir da data ex-dividendos.

Para as ações sem um mercado ativo, o valor justo é baseado em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares.

4.5.3 Fundos de Investimento

A precificação dos ativos em fundos sob a administração e/ou controladoria do BNY Mellon DTVM observam técnicas e parâmetros legais regulamentares, de modo que as cotas dos fundos reflitam da forma mais precisa possível o valor de seus ativos, sendo admitida em alguns casos particulares, a apropriação de resultados pró-rata dia útil, conforme regulamentação em vigor.

Para isso, é utilizado o preço de mercado fornecido por fonte observável e transparente, sempre que esta estiver disponível. Nos casos em que não exista um nível mínimo de representatividade (Nota 4.5 - Níveis II ou III), por falta de liquidez ou por algum evento incomum de mercado, ou na ausência de fonte observável consensual, será aplicada uma metodologia que consiste na obtenção da denominação “Preço Indicativo de Consenso” (PIC).

A metodologia de cotação do PIC consiste em obter, a partir de um *pool de players* previamente selecionados, taxas, volatilidades e preços, referentes a um determinado ativo.

O PIC é dado pela mediana das informações obtidas junto ao *pool de players*, por ser r menos vulnerável a *outliers* causados eventualmente por *input* incorreto de dados ou qualquer outra falha operacional no processo de obtenção de valores.

Para os ativos que inexistam dados de qualidade ou em quantidade mínima para a formação do PIC, tais como as opções de baixíssima liquidez, são utilizados modelos estatísticos que, associados a modelos de precificação, fornecem um preço teórico com base em parâmetros estimados a partir de séries históricas.

4.5.4 Investimentos Imobiliários

Os investimentos imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou construção e reavaliados periodicamente, no período máximo de 3 (três) anos, de acordo com o item nº 19 letras “h” e “k” do Anexo A da IN MPS/SPC nº 34/2009. Os ajustes da reavaliação são registrados em conta de resultado.

Para determinação dos valores dos imóveis são utilizados os métodos de Capitalização da Renda, Comparativo Direto de Dados de Mercado. O método de Custo de Reprodução é utilizado para divisão dos valores entre terreno e benfeitorias, conforme Norma Brasileira para Avaliações de Bens (NBR) da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A depreciação incide sobre o valor reavaliado, calculada de acordo com o prazo de vida útil remanescente constante no laudo de avaliação ou reavaliação, cuja prática tem por finalidade atualizar o valor contábil dos imóveis ao valor justo.

Os valores registrados a título de aluguéis a receber são atualizados pelos índices contratados e acrescidos de multa e juros em caso de inadimplência.

4.5.5 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos concedidos são operações com participantes e seus saldos estão registrados ao custo, atualizados monetariamente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescidos de juros conforme o prazo, observando as regras estabelecidas no regulamento da carteira de empréstimos de cada plano de benefícios.

4.6 PROVISÃO PARA PERDAS E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As provisões para perdas prováveis e para créditos de liquidação duvidosa são constituídas sobre os valores dos créditos vencidos e vincendos, e contabilizados em conta de resultado, em contrapartida à conta redutora do referido ativo, conforme o item 11 do Anexo “A” da Instrução MPS/SPC nº 34/2009.

PCLD Atrasos (em dias)		
De	Até	Faixa de Provisionamento
61	120	25%
121	240	50%
241	360	75%
≥ 361		100%

Os ativos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento com indicação de desvalorização são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indicar que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A análise de recuperabilidade é uma análise comparativa do valor do ativo para verificar se ele está desvalorizado. Considera-se um ativo desvalorizado quando o seu valor contábil excede o seu valor recuperável.

4.7 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

É composto por bens patrimoniais registrados no PGA pelo custo de aquisição e/ou desenvolvimento destinados à manutenção das atividades operacionais da entidade, conforme critérios e procedimentos estabelecidos na NBC TG 27 e NBC TG 04 respectivamente do CFC.

As taxas de depreciação/amortização estão demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa de Depreciação/ Amortização
Máquinas e Equipamentos de Informática	20% a.a.
Computadores	20% a.a.
Móveis e Utensílios	10% a.a.
Veículos	20% a.a.
Software - Imobilizado	20% a.a.
Imóveis	1,33% a.a.*

* Vida útil estabelecida em laudo de avaliação.

A depreciação/amortização é registrada com base no método linear, sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (*impairment*).

4.8 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão classificadas as obrigações decorrentes das operações da entidade, subdivididas em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

4.9 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

4.9.1 Provisões e Passivos Contingentes

O Instituto é parte em vários processos judiciais e administrativos e o critério de provisão é fundamentado na opinião dos advogados; na natureza das ações; na similaridade com outros processos; na complexidade e no posicionamento dos Tribunais. O reconhecimento contábil é realizado sempre que a perda processual for avaliada como provável, em conformidade com a definição do pronunciamento técnico CPC 25, homologado pelo CFC e ratificado pelo CNPC.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente; apenas divulgados em Nota Explicativa. Os passivos contingentes classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

Os valores provisionados são atualizados pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) + 0,5% a.m.

4.9.2 Ativos Contingentes

O Instituto utiliza os seguintes conceitos:

- a. Praticamente certo: é reconhecido contabilmente quando a administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Nesse caso, a entidade reconhece o ativo e não o classifica como ativo contingente.
- b. Provável: quando não é reconhecida como praticamente certa a entrada de benefícios econômicos futuros, a entidade apenas divulga em Notas Explicativas o Ativo Contingente.
- c. Possível e Remota: neste caso, a entidade não reconhece e não divulga em Notas Explicativas, ou seja, não há posicionamento predominante nos tribunais ou o posicionamento dominante é contrário à tese jurídica da entidade.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R1) do CFC.

4.10 DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Têm por finalidade garantir o juízo para discussão de valores em processos judiciais na fase de cumprimento de sentença, quando a entidade é ré no processo. Os depósitos recursais são efetuados somente na Justiça do Trabalho e permitem que a entidade apresente recursos caso tenha sido sucumbente na demanda.

Os depósitos judiciais e recursais são registrados pelos valores depositados e atualizados pelo INPC + 0,5% a.m.

4.11 PROVISÕES MATEMÁTICAS

Representam, ao final de cada exercício, o valor dos compromissos referentes aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes, beneficiários e assistidos, com base em cálculos atuariais realizados pelo atuário externo, da empresa Mercer.

As estimativas das provisões matemáticas são calculadas de acordo com as premissas apresentadas anualmente no parecer atuarial da entidade e de acordo com os regulamentos dos respectivos planos de benefícios.

4.11.1 Benefícios Concedidos e a Conceder

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor atual dos compromissos futuros em relação aos assistidos, à medida que as provisões de benefícios a conceder constituem o valor atual dos compromissos futuros em relação aos participantes que ainda não iniciaram o recebimento do benefício de aposentadoria.

4.11.2 Provisões Matemáticas a Constituir

Representam o valor atual das contribuições extraordinárias futuras, referentes aos equacionamentos dos déficits dos exercícios de 2012 e 2014 do plano BD Saldado, na data da avaliação atuarial.

4.12 EQUILÍBRIO TÉCNICO

O equilíbrio técnico registra o resultado superavitário ou deficitário dos planos de benefícios, em relação aos seus compromissos totais.

O resultado superavitário dos planos de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, frente a eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor: Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$.

O Déficit é a insuficiência patrimonial em relação aos compromissos do plano de benefícios com seus participantes, o qual deverá ser equacionado por meio de um plano a ser elaborado e aprovado até o final do exercício subsequente.

Para isso, o plano de equacionamento deverá considerar, ao menos, o resultado deficitário acumulado apurado ao final de cada exercício social que ultrapassar o limite calculado pela fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = $1\% \times (\text{duração do passivo} - 4) \times \text{Provisão Matemática ativas}$. O valor do ajuste de precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de déficit.

O valor do ajuste de precificação, correspondente à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos, será acrescido ou deduzido, para fins de equacionamento de déficit.

4.13 FUNDOS

São registrados os recursos destinados a um propósito específico, conforme a seguir:

- a. Previdenciais: são fundos criados a partir de avaliação atuarial com destinação específica no Parecer Atuarial.
- b. Administrativo: tem por finalidade garantir os recursos futuros necessários à manutenção da estrutura administrativa da entidade. O Fundo é constituído pela diferença positiva entre os recursos para o custeio administrativo e os gastos realizados pela entidade na administração dos planos de benefícios.
- c. Investimentos: são constituídos para fazer face à quitação de empréstimos simples e de financiamentos imobiliários em caso de morte do mutuário e de risco de crédito da carteira de empréstimos, depois de esgotadas todas as medidas cabíveis de recuperação.

4.14 APURAÇÃO DO RESULTADO

As Adições e Deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas/Variações Positivas e Deduções/Variações Negativas do Fluxo de Investimentos são escrituradas pelo regime de competência, sendo as contribuições de autopatrocinados de plano estruturado na modalidade de CV pelo regime de caixa, conforme § 1º do art. nº 10 da Resolução MPS/CNPC nº 29/2018.

4.15 CUSTEIO ADMINISTRATIVO

O Custeio Administrativo corresponde aos recursos destinados à cobertura das despesas administrativas da entidade, conforme o plano de custeio anual. As áreas do Postalís que administram os investimentos são tratadas como centro de custo e suas despesas são integralmente ressarcidas como Custeio Administrativo dos Investimentos (item 2.2 do DPGA).

De acordo com o art. nº 6º da Resolução MPS/CGPC nº 29/2009, as entidades estão sujeitas ao limite de transferência de recursos dos planos de benefícios ao PGA de 1% sobre o montante dos recursos garantidores (Taxa de Administração) ou 9% sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos (Taxa de Carregamento) no último dia do exercício a que se referir. O Instituto adotou como referência para cobertura das despesas administrativas o limite da taxa de carregamento, conforme Decisão do Interventor 2018/007, de 13/03/2018.

O Custeio Administrativo é revisto anualmente pelo Postalís e apresenta as seguintes fontes:

- a. Plano BD Saldado: 10% (dez por cento) das contribuições normais vertidas ao plano pelos patrocinadores e assistidos. A vigência do referido plano de custeio compreende o exercício de 2018, conforme aprovação do Interventor por meio da CI-DAF/GCO/2018-0004, 12/04/2018.
- b. Plano CV Postalprev: equivale a 7% aplicado ao valor das Contribuições Básicas e Regulares de participantes e patrocinadoras. Para participante Vinculados e Assistidos 0,768% e 0,384% sobre os salários de contribuição, respectivamente. A vigência do referido plano de custeio compreende o exercício de 2018, conforme aprovação do Interventor (CI-DAF/GCO/2018-0004, 12/04/2018).

O fundo administrativo é constituído pela diferença apurada entre as receitas e despesas da Gestão Administrativa.

5 ATIVOS EM INVESTIGAÇÃO

A entidade possui ativos de investimento que estão sob investigação das autoridades competentes. Até onde se tem conhecimento, as operações instauradas pelas autoridades públicas e os respectivos ativos sob investigação são:

- a) Operação Greenfield: FIP Multiner.
- b) Operação Pausare: Mudar Master; Canabrava Agrícola e Energética; Xnice Participações S/A; FIP ETB; FIP RN Naval Mezanino; FIDE BNY Mellon; FIP Multiner; FIP Nova Energy; Perimeter FIA; FIP Saúde; e FIDC Trendbank - Multisetorial.

c) Operação Rizoma: FIP ETB; XNICE Participações S/A; Alubam Participações S.A; e Galileo Administração de Recursos Educacionais S/A.

O Postalís tem adotado postura colaborativa com as autoridades competentes encarregadas pelas investigações, fornecendo, sempre que oficiado, todos os subsídios necessários para o deslinde dos trabalhos.

Inobstante, a entidade vem tomando medidas para reverter os prejuízos ocasionados aos Planos de Benefícios que administra e responsabilizar agentes por tais fatos.

Em relação aos prejuízos causados pelo agente BNY Mellon DTVM, fundamentadas na cláusula objetiva do Contrato de Administração Fiduciária, firmado em jan/2011, em que a responsabilidade por quaisquer prejuízos é totalmente da referida instituição financeira, diversas ações judiciais foram propostas pela entidade em desfavor da Instituição Financeira, a saber:

5.1 FIC FIDE BRASIL SOVEREIGN II

Processo nº 0266411-48.2014.8.19.0001, que corre na 29ª Vara cível da comarca da capital do estado do Rio de Janeiro (RJ), Réus: BNY Mellon DTVM e Sr. Fabrizio Dulcetti Neves. Valor da Causa: R\$ 197.859 mil, em 08/08/2014. Objeto: Trata-se de ação ordinária, com pedido de antecipação de tutela, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Brasil Sovereign II. Agravo de instrumento nº 0044842-75.2014.8.19.0000. 20ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalís. Objeto: Reforma da decisão que deferiu o pedido de antecipação de tutela e determinou o bloqueio online nas contas do réu. Agravo de Instrumento nº 0053506-95.2014.8.19.0000. 20ª Câmara cível do Tribunal de Justiça do estado do RJ. Agravante: BNY Mellon DTVM. Agravado: Postalís. Objeto: Reforma da decisão que deferiu o reforço da carta de fiança.

5.2 FM1 FIM CRÉDITO PRIVADO

Processo nº 0075917-95.2015.8.19.0001. 26ª Vara Cível da Comarca da capital do estado do Rio de Janeiro – RJ. Réus: BNY Mellon DTVM, Espólio de Soraya Andrade Saad; Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Crédito Privado; BNY Mellon DTVM. Valor da Causa: R\$ 24.702 mil. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária com pedido de recompra das 16.168.020 mil quotas de emissão do FM1 então cedidas pelo FC ao FCP e hoje de titularidade do autor, além do pedido de condenação solidária dos réus a indenizarem o Postalís nas perdas e danos, incluindo os prejuízos, lucros cessantes e/ou danos emergentes advindos do

inadimplemento da obrigação de recompra de quotas por tanto tempo, bem como decorrente da quebra de diversos deveres previstos na Instrução CVM nº 409/2004.

5.3 RIVIERA FUNDO DE INVESTIMENTOS MULTIMERCADO (FIM)

Processo nº 0499418-13.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda. Valor da Causa: R\$ 3.468 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo Riviera.

5.4 TEJO FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (FIA)

Processo nº 0499277-91.2015.8.19.0001. Juízo: 5ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; BNY MELLON Administração de Ativos Ltda.; e RIVIERA Gestora de Recursos Ltda. Valor da Causa: R\$ 13.078 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Tejo Fundo de Investimento em Ações. Em 17/12/2018 o processo se encontra em início da fase pericial.

5.5 FII GENERAL SHOPPING

Processo nº 0499308-14.2015.8.19.0001. Juízo: 1ª Vara Empresarial da Capital – RJ. Réus: BNY MELLON DTVM; e BNY MELLON Administração de Ativos Ltda. Valor da Causa: R\$ 3.841 mil em 17/12/2015. Objeto: Trata-se de Ação Ordinária, na qual se postula, em síntese, a condenação solidária dos réus ao pagamento dos prejuízos decorrentes da má administração e/ou gestão do Fundo de Investimento General Shopping Ativo e Renda – FII. Em 24/10/2018, o processo se encontra em fase pericial, aguardando a entrega do laudo pelo perito.

5.6 BNY MELLON DTVM

Processo: 1017589-12.2017.4.01.3400. 20ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. Valor da causa: R\$ 2.200.000 mil. Réu: BNY Mellon DTVM. Prognóstico: Remota. Resumo: Trata-se de ação ordinária que visa o recebimento da multa contratual, tendo em vista o inadimplemento da Requerida, bem como o pagamento ao Postalís dos prejuízos a ele acarretados, incluindo danos emergentes e/ou lucros cessantes. Em 18/12/2018, o processo se encontra em fase de juntada de defesas dos réus para posterior especificação de provas.

5.7 BNY MELLON DTVM

Processo eletrônico nº. 5001172-70.2018.4.03.6100. 26ª Vara Cível Federal de SP. Réu: BNY Mellon DTVM (Postalís e Correios estão sendo chamados como assistentes técnicos). Síntese: Ação Civil Pública cobrando do BNY Mellon DTVM 8,2 bilhões de reais pelos prejuízos causados ao

Postalis. Para o ingresso da ação foi apurada, por meio de Inquérito Civil Público, a responsabilidade do BNY Mellon DTVM pela prática de atos irregulares que ocasionaram os déficits no Postalis. Os pedidos são de condenação do BNY Mellon DTVM (a) no pagamento de valores com a reaquisição das cotas de investimento descritos no processo; (b) no ressarcimento do Postalis de valores ilegalmente pagos a título de taxa de administração; e (c) à indenização por danos morais. Em 18/04/2018 o processo foi julgado extinto, sem resolução de mérito, em razão de caracterizada a litispendência, sendo a sentença objeto de recurso interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) e dos assistentes Correios e Postalis. Os autos foram remetidos e distribuídos a 1ª Turma do TRF da 3ª Região para julgamento dos recursos, aguardando realização de procedimentos internos.

Além das ações contra o BNY Mellon DTVM, execuções judiciais foram ingressadas pelo Postalis visando a recuperação dos prejuízos dos seguintes ativos que se encontram sob investigação, a saber:

- Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz. Processo: 0403889-98.2014.8.19.0001. 3ª vara cível do RJ. Valor da causa: R\$ 87.494 mil. Exequente: Planner Trust DTVM Ltda., Postalis, Banco Mercantil do Brasil, Fundação Petrobras de Seguridade Social (PETROS) e MB PREVI X – Renda Fixa – Fundo de Investimento Financeiro – Crédito Privado. Executados: Galileo Gestora de Recebíveis SPE S.A., Galileo Administração de Recursos Educacionais S.A., Sociedade Universitária Gama Filho e Luiz Alfredo da Gama Botafogo Muniz.
- Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A.. Processo nº 0510219-22.2014.8.19.0001 Juízo: 50ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Mudar Master II Participações S.A. e Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. Valor da causa: R\$ 52.632 mil. Processo nº 0063331-26.2015.8.19.0001. Juízo: 50ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Mudar Master II Participações S.A., Mudar SPE Master III Empreendimentos e Participações S.A. e Lagoa dos Ingleses Participações Imobiliárias Ltda. Valor da Causa: R\$ 40.321 mil. Processo nº 046051506.2015.8.19.0001. Juízo: 32ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: MUDAR SPE MASTER EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A e MUDAR MASTER II PARTICIPAÇÕES S.A. Valor da Causa: R\$ 80.881 mil.
- Usina Sobrasil S.A (Grupo Canabrava). Processo: 0513079-59.2015.8.19.0001. Juízo: 20ª Vara Cível da Comarca do RJ. Exequente: Postalis. Executados: Usina Sobrasil S.A.; Canabrava Bioenergia Participações S.A.; Priscila Assis Schueler de Carvalho. Valor da causa: R\$ 104.966 mil.

Sem prejuízo, considerando o regime de Intervenção em que se encontra submetido o Postalís, foi constituída por meio da Portaria nº 1.004, da Previc, D.O.U do dia 20/10/2017, uma Comissão de Inquérito Administrativo que objetiva apurar responsabilidades específicas dos administradores e conselheiros do Postalís, que levaram a entidade a atual situação. Em 10/12/2018 o procedimento de apuração foi concluído, sendo apresentado Relatório Conclusivo de Inquérito e julgado pela Previc, cuja Decisão da Diretoria Colegiada foi publicada no DOU nº 243, Seção 1, página 97, de 19/12/2018. A decisão e documentos relacionados foram encaminhados ao Postalís para conhecimento e tomada das medidas necessárias.

6 COMPOSIÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS

6.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do ativo realizável da Gestão Previdencial está demonstrada a seguir:

Recursos a Receber	BD Saldado		Postalprev		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Contribuições a Receber ^(a)	9.058	8.069	77.774	82.716	86.832	90.785
Patrocinadores	9.058	8.069	38.642	41.187	47.700	49.257
Participantes	0	0	39.132	41.528	39.132	41.528
Contribuições Extraordinária Equacionamento ^(b)	121.838	113.386	0	0	121.838	113.386
Patrocinadora	33.539	32.280	0	0	33.539	32.280
Participantes	10.269	10.683	0	0	10.269	10.683
Judicial	78.030	70.423	0	0	78.030	70.423
Adiantamentos	197	238	12	7	209	245
Depósito Judicial	19.676	19.232	0	0	19.676	19.232
Outros Realizáveis	588	521	346	780	934	1.301
Total	151.357	141.446	78.132	83.502	229.488	224.949

^(a) Valores consignados em folha de pessoal, repassados pela patrocinadora Correios no quinto dia do mês subsequente.

^(b) Contribuições extraordinárias de patrocinadoras e participantes do equacionamento dos déficits de 2012 e 2014 do plano BD Saldado, cujas contribuições dos participantes da Associação dos Profissionais dos Correios – ADCAP estão sendo realizadas, desde agosto de 2016, por meio de depósito judicial.

6.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Segue a composição do ativo realizável da Gestão Administrativa:

Descrição	2018	2017
Contas a Receber	8.917	10.425
Contribuições para o Custeio Administrativo	7.952	9.840
Responsabilidades de Empregados	965	586
Despesas Antecipadas	287	398
Depósitos Judiciais/Recursais	52.725 ^(a)	62.212
Tributos a Compensar	336 ^(b)	6
Outros Realizáveis	1.085	1.044
Total da Gestão Administrativa	63.351	74.086

(a) PIS e COFINS sobre a receita, que representam R\$ 7.262 mil e R\$ 44.637 mil respectivamente, relativos ao período de julho de 2006 a dezembro de 2014, cuja legalidade do pagamento das contribuições é questionada pelo Instituto.

(b) PIS, COFINS e IRRF.

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

6.3 INVESTIMENTOS

A administração dos investimentos é realizada por meio de carteira própria e gestão terceirizada, em consonância com a Resolução CMN nº 4.661/2018 e as diretrizes estabelecidas nas Políticas de Investimento dos respectivos planos.

Carteira de Investimentos Consolidada

Investimentos	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo Amortizado	2018	2017
Títulos Públicos	1.038.657	0	0	3.858.179	4.896.835	4.514.228
Notas do Tesouro Nacional	1.038.657	0	0	3.858.179	4.896.835	4.509.931
Letras Financeiras do Tesouro Nacional	0	0	0	0	0	4.298
Créditos Privados e Depósitos	109.232	0	0	0	109.232	115.066
Instituições Financeiras	67.770	0	0	0	67.770	58.360
Companhias Abertas	23.885	0	0	0	23.885	25.154
Companhias Fechadas	17.577	0	0	0	17.577	31.552
Sociedades Limitadas	0	0	0	0	0	0
Ações	79.730	0	0	0	79.730	83.016
Companhias Abertas	36.727	0	0	0	36.727	41.593
Sociedades de Propósito Específico	43.003	0	0	0	43.003	41.423
Fundos de Investimento	744.019	257.361	143.467	6.388	1.151.234	1.160.743
Referenciado	77.450	0	0	0	77.450	107.383
Renda Fixa	12.840	0	0	0	12.840	15.706
Ações	514.865	0	0	0	514.865	469.416
Dívida Externa	97.382	0	0	0	97.382	84.479
Multimercado	38.582	0	0	0	38.582	52.090
Direitos Creditórios	98	0	143.467	0	143.565	182.024
Empresas Emergentes	0	11.806	0	6.388	18.194	19.760
Participações	0	245.554	0	0	245.554	226.211
Imobiliário	2.802	0	0	0	2.802	3.676
Investimentos Imobiliários	0	285.304	0	0	285.304	234.929
Empréstimos e Financiamentos	0	0	0	246.063	246.063	690.770
Depósitos Judiciais	8.082	0	0	0	8.082	7.352
Total	1.979.720	542.664	143.467	4.110.630	6.776.481	6.806.104

6.3.1 Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Títulos Públicos	1.484.282	1.564.720	3.342.378	2.850.657	70.175	98.852	4.896.835	4.514.228
Títulos Públicos Federais	1.484.282	1.564.720	3.342.378	2.850.657	70.175	98.852	4.896.835	4.514.229
Notas do Tesouro Nacional	1.484.282	1.563.419	3.342.378	2.847.660	70.175	98.852	4.896.835	4.509.931
Letras Financeiras do Tesouro	0	1.301	0	2.996	0	0	0	4.298
Créditos Privados e Depósitos	43.779	58.709	65.453	56.357	0	0	109.232	115.066
Instituições Financeiras	2.317	2.003	65.453	56.357	0	0	67.770	58.360
Certificado de Depósito Bancário	72.983	72.622	70.525	60.538	0	0	143.509	133.161
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(70.666) ^(a)	(70.619)	(5.073) ^(f)	(4.182)	0	0	(75.739)	(74.801)
Companhias Abertas	23.885	25.154	0	0	0	0	23.885	25.154
Debêntures Não-Convertíveis	136.072	143.023	0	0	0	0	136.072	143.023
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(112.188) ^(b)	(117.869)	0	0	0	0	(112.188)	(117.869)
Companhias Fechadas	17.577	31.552	0	0	0	0	17.577	31.552
Cédulas de Créditos Bancários	1.033.360	892.632	6.434	6.080	0	0	1.039.794	898.712
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.025.326) ^(c)	(870.678)	(6.434) ^(g)	(6.080)	0	0	-103.176	(876.758)
Certificados Recebimentos Imobiliários	9.544	9.598	0	0	0	0	9.544	9.598
Cédulas de Créditos Imobiliários	1.117.274	1.108.264	268.021	210.872	0	0	1.385.295	1.319.136
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.117.274) ^(d)	(1.108.264)	(268.021) ^(g)	(210.872)	0	0	(1.385.295)	(1.319.136)
Sociedades Limitadas	0	0	0	0	0	0	0	0
Cédulas de Créditos Imobiliários	1.086.137	1.058.399	252.747	247.703	0	0	1.340.884	1.306.102
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(1.086.137) ^(e)	(1.058.399)	(252.747) ^(h)	(247.703)	0	0	(1.340.884)	(1.306.102)

^(a) Banco Santos S.A., Banco Crefisul S.A., Banco BVA S.A., Panamer - Banco PAN S.A.

^(b) Cambuci S.A., Procid - Particip e Negócios S.A., Rio Bravo Securitizadora, Fencapar S.A., GPC Participações, Coreagro S.A., Saneasol Saneamento S.A., CESPP - Centro Ensino Sup. Presidente Prudente.

^(c) Sol e Sol Agrícola S.A., SPC Pavia Agricultura S.A., Compesda - Ind e Com de Móveis Ltda, GPC Participações, Manchester Empreend.SPE Ltda, Raesa Rio Amazonas Energia S.A., New Energy S.A., Tubrasil SF/CO Empreend.e Participações S.A., Portbello Holding e Participações S.A.

^(d) Real Estate Rua B, Banco Máxima, Real Estate Rua F, Portbello Investiminas, Real Estate Macaé, TETO Habitações.

^(e) SPE Segredo 2 Ltda, Provivex Ltda, Voges Particip. Ltda, OGEDA Consult. Ltda, Pro-Saúde Ltda, Company Ltda, Embrapack Ltda, Laima Ltda, Karmann do Brasil Ltda, Anatole Ltda, Conspar Ltda, JZHA Ltda, Riviera Santos Ltda, Bocalto Particip. Ltda, Indaiatuba Ltda, NJCS, MTTC Empreend. Ltda.

^(f) Banco PINE S.A.

^(g) Mudar Master II S.A., Dogma S.A, Real Estate Rua B, Real Estate Rua F, Portbello Investiminas, EKEKA Empreend. S.A., Real Estate Macaé Plaza.

^(h) Compacta Ltda, Laima Particip. Ltda, Quinze de Maio Inccorp. Ltda, UNIESP, Indaiatuba Ltda, NJCS.

A carteira própria de Títulos Privados e Depósitos é composta da seguinte forma:

		2018	2017
Plano BD Saldado	Créditos Privados e Depósitos	43.779	58.709
	Instituições Financeiras	2.317	2.003
	Panamericano	2.317	2.003
	Companhias Abertas	23.885	25.154
	Vale do Rio Doce	14	14
	CBMG	23.870	25.139
	Companhias Fechadas	17.577	31.552
	IFSC	9.544	9.598
	ITPM	8.033	21.954
PostalPrev	Créditos Privados e Depósitos	65.453	56.357
	Instituições Financeiras	65.453	56.357
	SAFRA	39.909	35.301
	PINE	25.543	21.056

6.3.1.1 Títulos para Negociação

Em observância ao art. 30 da Resolução MPS/CNPC nº 29/2018, estão indicados a seguir os valores dos títulos, classificados como “Títulos para Negociação” comparados ao custo amortizado:

Emissor	Tipo	Plano	Indexador	Taxas (ao ano)	Aquisição	Custo	Venc.	2018	
								Valor de Mercado (*)	Custo Amortizado
Títulos Públicos Federais	NTNB	BD	IPCA	6,13% a 6,27%	20/07/2016 a 31/08/2016	88.261	15/05/2019	96.508	95.354
				5,99%	23/09/2016	30.030	15/05/2021	33.586	31.811
		CV		5,28%	06/04/2017	31.095	15/08/2022	34.242	32.990
				5,35%	14/03/2017	30.832	15/08/2022	34.242	32.919
		BD		6,26% a 6,43%	19/12/2013 a 10/01/2014	190.249	15/08/2024	280.725	257.811
				5,65%	30/05/2017	31.243		35.088	32.934
		CV		5,08% a 5,25%	17/04/2017 e 28/12/2017	97.649	15/08/2026	105.263	101.801
				PGA	5,08% e 5,07%	28/12/2017 e 29/12/2017	65.888		70.175
		BD		5,15% e 5,17%	24/08/2017 e 30/08/2017	66.966	15/05/2035	71.271	69.403
				6,18% a 6,41%	13/04/2016 a 20/04/2016	99.177		127.757	107.709
		CV		5,42%	06/12/2017	32.951	15/05/2045	36.502	34.374
				5,13% a 6,85%	12/03/2014 a 21/03/2017	57.799	15/08/2050	75.907	66.726
								37.392	31.084
CCB	Águas de Itapema	BD	IGP-M	10,50%	22/11/2006	38.000	01/06/2019	8.033	8.033
Debênture	BMG		CDI	1,90%	01/09/2017	25.000	12/09/2022	23.870	23.870
	Vale			(**)	08/07/1997	4	perpétuo	14	14
CRI	Infrasec		IGP-M		7,60%	05/07/2013	9.733	07/04/2027	9.544
CDB	Banco Panamericano	PostalPrev	Pré-fixada	Pré-fixada	05/01/2015	1.540	18/12/2020	2.660	2.660
Letra Financeira	Banco PINE		Pré-fixada	16%	18/06/2014	13.182	22/11/2021	28.712	28.712
			Pré-fixada	16%	18/06/2014	873	06/12/2021	1.904	1.904
	Banco SAFRA		IPCA	8,46%	07/02/2014	10.000	07/01/2021	19.825	19.825
			IPCA	8,75%	07/02/2014	10.000	07/02/2024	20.084	20.084
					TOTAL	845.097.752		1.161.337	1.085.711

* fonte: B3 - <https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora>

* fonte: B3 - <https://www.calculadorarendafixa.com.br/#/navbar/calculadora>

** Debênture participativas com prêmio vinculado à produção (cobre e ferro) e alienação de direito mineral

6.3.1.2 Títulos de Renda Fixa na Categoria Títulos Mantidos até o Vencimento

Os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento” foram avaliados a mercado apenas para divulgação em notas explicativas, conforme a Resolução CNPC nº 29/2018, e estão assim representados:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Ativo	Custo Amortizado					2018	2017
	0 a 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos		
Títulos Públicos						3.858.179	3.797.698
Notas do Tesouro Nacional						3.858.179	3.797.698
NTN-B - BD Saldado	126.808	640.905				767.713	1.242.511
NTN-B - Postalprev		605.963		337.324	2.147.179	3.090.465	2.555.187

Ativo	Mercado					2018	2017
	0 a 1 ano	1 - 5 anos	5 - 10 anos	10 - 15 anos	> 15 anos		
Títulos Públicos						4.450.073	4.419.612
Notas do Tesouro Nacional						4.450.073	4.419.612
NTN-B - BD Saldado	128.677	680.637				809.314	1.336.155
NTN-B - Postalprev		673.814		392.454	2.574.490	3.640.758	3.083.457

Fonte: Economática.

A administração do Instituto realiza estudos para atestar a capacidade financeira e a intenção de mantê-los até o vencimento os títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento. Em dez/18, o plano BD Saldado reclassificou alguns Títulos Mantidos até o Vencimento para Títulos Marcados a Mercado. A motivação da reclassificação decorre do estudo elaborado pela consultoria Atuarial Mercer que, no cenário atual, indica falta de liquidez a partir do ano de 2023 (Of. Interv. nº 299/2018, de 21/12/2018).

6.3.2 Ações

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Ações	49.751	54.137	29.980	28.879	79.730	83.016
Companhias Abertas	36.727 ^(a)	41.593	0	0	36.727	41.593
Sociedade de Propósito Específico	13.024	12.544	29.980	28.879	43.003	41.423
Debêntures Não Conversíveis	695.536 ^(b)	656.698	446.060 ^(e)	456.983	1.141.596	1.113.681
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(682.512) ^(c)	(644.154)	(416.080) ^(d)	(428.104)	(1.098.593)	(1.072.258)

^(a) Plascar, João Fortes e Rumo Log.

^(b) BBDM.

^(c) Ulbra Recebíveis S.A., Galileo S.A., Usina Sobral S.A., Canabrava Agrícola S.A., Canabrava Energética S.A., Ocean House Incorp. S.A., Real Florestal Ltda, XNICE Particip. S.A., ALUBAN Particip. S.A.

^(d) Galileo S.A., Ocean House S.A., Real Florestal Ltda, XNICE Particip. S.A., GBX TIETE II S.A., GSP Urbanização Ltda, MRT 2 S.A., Montreal Empreend. S.A.

^(e) BBMD

6.3.3 Fundos de Investimento

Ativos	Benefício Definido		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Fundos de Investimentos	735.599	551.591	743.655	586.833	77.450	22.319	1.556.704	1.160.743
Referenciado	217.745 ⁽ⁱ⁾	21.993	187.627 ⁽ⁱ⁾	63.071	77.450 ⁽ⁱ⁾	22.319	482.822	107.382
Renda Fixa	12.840	15.597	0	109	0	0	12.840	15.706
Valor Nominal	42.735	44.541	91.219	89.190	0	0	133.954	133.731
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(29.895) ^(a)	(28.944)	(91.219) ^(f)	(89.081)	0	0	(121.114)	(118.025)
Divida Externa	97.382	84.479	0	0	0	0	97.382	84.479
Valor Nominal	125.347	108.738	0	0	0	0	125.347	108.738
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(27.965) ^(b)	(24.259)	0	0	0	0	(27.965)	(24.259)
Ações	0	0	514.865	469.416	0	0	514.865	469.416
Valor Nominal	0	0	516.126	552.521	0	0	516.126	552.521
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	0	0	(1.261) ^(g)	(83.105)	0	0	(1.261)	(83.105)
Multimercado	319	4.434	38.263	47.656	0	0	38.582	52.090
Valor Nominal	64.019	76.258	38.263	47.656	0	0	102.282	123.913
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(63.701) ^(c)	(71.824)	0	0	0	0	(63.701)	(71.824)
Direitos Creditórios	143.565	179.117	98	2.906	0	0	143.663	182.024
Valor Nominal	699.520	921.370	64.248	193.773	0	0	763.768	1.115.143
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(555.955) ^(d)	(742.253)	(64.149) ^(h)	(190.866)	0	0	(620.104)	(933.119)
Empresas Emergentes	18.194	19.760	0	0	0	0	18.194	19.760
Imobiliário	0	0	2.802	3.676	0	0	2.802	3.676
Valor Nominal	0	0	2.802	15.474	0	0	2.802	15.474
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	0	0	0	(11.798) ^(k)	0	0	0	(11.798)
Participações	245.554	226.211	0	0	0	0	245.554	226.211
Valor Nominal	300.303	578.098	0	0	0	0	300.303	578.098
(-) Perda ao Valor Recuperável / Impairment	(54.748) ^(e)	(351.887)	0	0	0	0	(54.748)	(351.887)

⁽ⁱ⁾ Fundo INCOME VALUE.

^(j) FIDE BNY.

^(k) FIM FM1, FL Premium Institucional.

^(l) Trendbank Fomen, CJP FIDC NP e liquidação do fundo GP Aetalis.

^(m) ETB, Multiner, Saúde Atlântica.

⁽ⁿ⁾ Fundo INCOME VALUE, Dourado Institucional.

^(o) PERIMETER Fundo de Investimentos.

^(p) Trendbank Fomen e VINCI Crédito e Desenvolvimento.

^(q) U SANTIFICFI INSTREDFI.

^(r) Aquila.

^(s) Santific FI

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Em mai/18, a BNY Mellon, na qualidade de agente fiduciário da carteira do Postalís, reconhece no valor da cota do Águila Fundo de Investimentos Imobiliário (CNPJ 13.555.918/0001-49) a perda integral realizada pelo Instituto em dez/17, considerando a abstenção de opinião no parecer dos auditores independentes nas demonstrações financeiras de 2017.

Segue a composição dos fundos de investimentos por tipo de emissor:

FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Plano BD Saldado		Postalprev	
	2018	2017	2018	2017
Referenciado	217.745	21.993	187.627	63.071
SANTIFICI INSTREDFI	217.745 (a)	0	187.627 (a)	0
BNP MATCH	-	21.993	0	63.071
Renda Fixa	12.840	15.597	0	109
BRB FICFIRF	45	1.853	0	0
INSTITUCIONAL CREDITO PRIVADO FIRF	12.752	13.691	0	0
SANTANDER FI MASTER RF CP LP	43	53	0	0
BB INSTITUCIONAL RF	0	0	0	109
Dívida Externa	97.382	84.479	0	0
BNY MELLON FIC FIRF DIVIDA EXTERNA (b)	97.382	84.479	0	0
Ações	0	0	514.865	469.416
SAGA INSTITUCIONAL FIA	0	0	65.076	111.304
BNP PARIBAS ACTION	0	0	57.080	56.020
BTG ABS INST FIC	0	0	120.693	31.269
GUEPARDO INSTITUCIONAL 60 FIC FIA	0	0	61.377	68.631
PACIFICO ACOES FIC FIA	0	0	36.822	63.074
PERIMETER FIA	0	0	517	6.894
STK LONG ONLY INSTITUCIONAL FIA	0	0	59.080	102.263
XP INVESTOR FIA	0	0	114.219	29.960
Multmercado	319	4.434	38.263	47.656
FIM CP HUNGRIA	319 (c)	4.434	0	0
ABSOLUTE HEDGE FIC FIM	0	0	17.321	23.901
QUEST MULTI FIC DE FIM	0	0	10.327	14.171
SAGA TOP FIC FIM	0	0	10.614	9.583
Direitos Creditórios	143.565	179.117	98	2.906
CJP FIDC NP	143.467 (d)	176.214	0	0
FIDC MULTISSETORIAL ITALIA- SÊNIOR	98 (e)	2.903	98 (e)	2.906
Imobiliário	0	0	2.802	3.676
FII GENERAL SHOPPING ATIVO E RENDA	0	0	2.802	3.676
Empresas Emergentes	18.194	19.760	0	0
EMPREENDEADOR BRASIL FIP - MULTIESTRATÉGIA	11.806	13.193	0	0
JARDIM BOTÂNICO VC I - FIPEE	6.388	6.567	0	0
Participações	245.554	226.211	0	0
ENERGIA PCH FIP MULTIESTRATÉGIA	152.022	132.474	0	0
GOVERNANCA - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS III FIP	11.788	14.864	0	0
FLORESTAS DO BRASIL FIP MULTIESTRATÉGIA	79.993	75.776	0	0
NOVA ENERGY I FIP MULTIESTRATÉGIA	1.751	2.797	0	0
INVEST INST II	0	299	0	0
TOTAL	735.599	551.591	743.655	586.833

(a) Fundo caixa.

(b) Fundo exclusivo.

(c) Rentabilidade negativa no exercício de -17,0%, devido ao provisionamento integral do Hospital da Gávea.

(e) Valor justo fundamentado em laudo de avaliação e relatório do escritório de advocacia especializado contratado pelo fundo.

(d) Rentabilidade negativa no exercício de -45,2% devido à provisão integral da CCB LBV (Legião da Boa Vontade).

6.3.3.1 BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa - O relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras do fundo BNY Mellon FIC FIRF Dívida Externa, apresenta ressalva com modificação na opinião em relação a precisão do valor justo do ativo, entretanto, considerando que a ressalva não abarca a totalidade dos ativos constantes no Fundo de Investimento, a administração do Postalís efetuou o provisionamento parcial do ativo, levando em consideração

somente os ativos ressaltados pela auditoria independente. O valor total do investimento em 31 de dezembro de 2018 é de R\$125.347 mil e o valor provisionado é de (R\$27.964 mil), correspondente a um percentual de 22,3% de provisão sobre o patrimônio líquido do fundo em 31 de dezembro de 2018.

Cotas de fundos de investimento sem mercado ativo – A avaliação das cotas em fundos de investimento sem mercado ativo é feita pelo método do Fluxo de Caixa Descontado e reflete a estimativa da administração sobre a capacidade de gerar benefício econômico futuro. Na taxa de desconto aplicada estão refletidos os riscos conhecidos e volatilidades. As premissas macroeconômicas utilizadas nas avaliações dos referidos investimentos são estabelecidas internamente, em conjunto com consultoria especializada, a partir de suas análises e observações da economia brasileira e mundial. O valor justo dos investimentos mensurados pelo método de Fluxo de Caixa Descontado é aprovado órgão máximo do Postalís. (Nota 4.5.3)

6.3.3.2 CJP Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados – Créditos Judiciais e

Precatórios - Constituído em 22/09/2010 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de 15 (quinze) anos, podendo ser prorrogado ou reduzido por deliberação da Assembleia Geral de Cotistas é composto por 64 processos judiciais. O objetivo do FIDC é a aquisição de *“direitos creditórios”, assim entendidos todo e qualquer direito creditório oriundo de obrigações de pagamento constantes de sentenças judiciais “Transitadas em julgado” (ou seja, aquelas sob as quais não cabem mais recursos de qualquer natureza – inclusive ações rescisórias – designados a imodificabilidade do ato decisório) e, ainda, “Precatórios” judiciais*. Como não foi possível obter evidência suficiente para fundamentar opinião quanto ao valor justo das cotas do FIDC, bem como inexistência de negociação das cotas no mercado secundário, o Postalís contratou consultoria especializada para elaborar um laudo de avaliação econômica para apuração do valor justo, a partir da aplicação das seguintes premissas:

Taxa de Desconto Base: para definição da taxa de desconto aplicada aos fluxos de caixa projetados com as provisões de risco conforme análise jurídica utilizou-se uma taxa de desconto padrão, sem riscos adicionais, levando-se em conta a última nota de rating auferida para o FIDC CJP e buscando em fontes públicas de quanto o mercado vem pagando em títulos com nível de risco semelhante.

Para a precificação de mercado de crédito privado utilizou-se a classificação dos títulos na curva de juros de crédito privado divulgada pela Anbima em 21/01/2019 com base no maior prazo apresentado para o estudo que foi de 13,5 anos. Com isso, comparou-se com a curva de spread de títulos privados de rating A (11,05%), adicionando-se a taxa de 2,85% que é o spread dos títulos com classificação de risco BB, conforme escala apresentada pelo professor Aswath Damodaram para economias emergentes.

Considerando as características do ativo, foi altamente subjetiva a determinação dos cronogramas de recebimento para fins de determinação das projeções do fluxo de caixa, dessa forma, o avaliador utilizou as seguintes premissas:

- Precatório: 20% ao ano entre 2020 e 2024; e
- Créditos Judiciais: 10% ao ano entre 2024 e 2033.

Levando em consideração o relatório elaborado pelo escritório advocacia contratado e informações obtidas junto ao gestor do fundo, o avaliador considerou três probabilidades de recebimento para os processos judiciais, a saber:

- Provável (5% de provisão);
- Possível (50% de provisão); e
- Remota (75% de provisão).

Além disso, agravou-se a taxa de desconto pela “Falta de Liquidez dos Créditos Judiciais” tendo em vista as incertezas e morosidade do sistema judiciário brasileiro e que, para negociação desses créditos oriundos de demandas judiciais há um pool mais restrito de investidores, com demandas altas de deságio e maior dificuldade de colocação.

Para quantificar o risco adicional dos ativos por conta dessa falta de liquidez, foi usado a metodologia denominada “*Discount for Lack of Marketability*” – DLOM que é um desconto adicional na forma de *haircut* do fluxo de caixa já descontado que busca quantificar a perda de valor de títulos por conta de sua baixa ou até nula liquidez no mercado secundário, e que é defensável o seu uso no caso dos créditos judiciais devido a sua especificidade, risco e dificuldade de desinvestimento em cenário de insucesso parcial e/ou total.

Das formas tradicionais de cálculo do DLOM, os mais usados o “*Chaffee European Put Model*” e o “*Longstaff Look-Back Put Model*” que se baseiam em duas variáveis principais: volatilidade de ativos negociados no mercado; e o tempo estimado para o desinvestimento de ativos ilíquidos avaliados (*holding period*). Assim, para a análise desses créditos judiciais, considerou-se:

- **Volatilidade:** 70%, valor máximo dos estudos.
- **Holding period:** 15 anos, valor máximo dos estudos e em linha com o fluxo de recebimento que projetamos.

De acordo com os dados estatísticos de *Chaffee* e *Longstaff*, o DLOM aplicado para diferentes matrizes de “*Holding Period*” e Volatilidade para os créditos judiciais foi definido em **67,5%**, aplicado no fluxo de caixa desses créditos (média entre o valor da matriz de *Chaffe* e da matriz de *Longstaff*).

Como procedimento alternativo, utilizou-se análise de escritório de advocacia especializado para estimar a probabilidade e atribuir o grau de recebimento para cada processo, sendo que os processos judiciais considerados como recebimento provável refletem o valor justo atribuído ao investimento e está demonstrado no segmento Direitos Creditórios do quadro acima.

6.3.3.3 FIP Energia PCH - O Santander Securities Services Brasil DTVM S.A., na qualidade de Administrador do FIP Energia PCH, adota avaliação econômico-financeira (valoração, ou *valuation*) dos ativos detidos pelo FIP Energia PCH e serve de referência para a definição do valor justo do valor das companhias investidas, principalmente, da Juruena Participações e Investimentos S.A., holding investidora em ativos de operacionais de geração de energia hidroelétrica, detentora de cinco subsidiárias integrais, que totalizam 91,4 MW de potência instalada. A metodologia para apresentar o valor justo do único ativo operacional (Juruena) foi pelo método de Fluxo de Caixa Descontado, especificamente Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCFE). As premissas adotadas na elaboração do laudo, dentre as quais se incluem os parâmetros técnicos, jurídicos e contábeis, são baseadas em dados públicos, representando a melhor estimativa de valor disponível para a reprecificação do ativos na carteira do fundo.

Para cálculo da taxa livre de risco utilizou-se o valor dos títulos Tesouro IPCA+ com vencimento em 2026 média dos últimos 10 dias de negociação até 28/jan/2019, taxa de venda, no valor de 4,36%a.a.(real). Incorporados a esse valor a inflação projetada, de 3,75%a.a, o que resultou numa taxa nominal de 8,27%a.a. O resultado obtido para a média de rendimento do mercado dos EUA de 6,7% ao ano real é muito aderente a média histórica de rendimento de longo prazo.

Aplicou-se então um fator de volatilidade adicional da bolsa brasileira (de 1,6x) sobre o prêmio de risco de mercado dos EUA e chegou-se ao prêmio de risco da bolsa de valores brasileira, em relação à taxa livre de risco EUA. Somando esse risco à taxa livre de risco e descontando a inflação, obtivemos uma rentabilidade real de 9,7% para a bolsa brasileira. Subtraiu-se então o rendimento real de 4,7% de títulos do tesouro brasileiro de longo prazo e obteve-se um prêmio de risco de mercado de 5,0% sobre títulos do tesouro brasileiro.

Equity Risk Premium Brasil	
Risk free rate (US\$ nominal)	3,5% Duff & Phelps Normalized Rate (31/Dez/2018)
ERP United States	5,5% Duff & Phelps Recommended ERP (31/Dez/ 2018)
US Inflation	2,2% 5-yr-Forward, 5-yr-Ahead Inflation, Board of Governors of the FED
US Cost of Equity Capital (US\$ nominal)	9,0% Risk-free + ERP US
US Cost of Equity Capital (\$ real)	6,7% Valor nominal descontada inflação
Volatilidade Bovespa/S&P 500	1,6 Stock Index Futures Spread S&P 500 vs. Ibovespa, CME Group, Nov 2009
Brasil Cost of Equity Capital (US\$ nominal)	12,2% Riskfree rate+ (ERPUS x Volatilidade Bovespa/\$P500)
Brasil Cost of Equity Capital (\$ real)	9,7% Valor nominal descontada inflação
Tesouro IPCA+	4,7% Vencimento 2026 (média 10 dias da taxa de venda até 28/12/ 2018)
ERP Brasil (sobre Tesouro IPCA+)	5,0% Brasil Cost of Equity - Tesouro IPCA+

Para a inflação brasileira, considerou-se a expectativa de longo prazo do IPCA de janeiro/19 de 3,75%a.a, mesmo valor utilizado na projeção macroeconômica utilizada na valoração.

PREMISSAS	K_e
Risk-free rate (nominal)	8,27%
Prêmio de risco de mercado	5,00%
Risco Brasil	já incorporado
Beta Alavancado	0,49
Prêmio de risco regulatório	1,60%
K_e (nominal)	12,30%
Inflação (média longo prazo)	3,80%
K_e (R\$ real)	8,30%

6.3.4 Investimentos Imobiliários

6.3.4.1 Plano BD Saldado

Descrição	2018	Reavaliação	Amortizações/ Depreciações	2017
Terrenos ^(a)	1.517	(114)	0	1.631
Locadas a Patrocinador(es) ^(b)	275.865	75.880	(9.526)	209.511
Edificações	273.831	75.880	(9.595)	207.546
Aluguéis	2.034	0	69	1.965
Direitos em Alienações de Invest.Imobiliários ^(c)	7.922	0	(4.197)	12.119
Outros Investimentos Imobiliários ^(d)	0	0	(11.668)	11.668
Total da Carteira Imobiliária	285.304	75.766	(25.391)	234.929

^(a) Fazenda Santo Antônio, município de Novo São Joaquim/MT. Reavaliado em out/18 pela Binswanger Brazil.

^(b) Centro Operacional Logístico Cajamar/SP locado à patrocinadora Correios. Reavaliado em dez/18 pela Binswanger Brazil.

^(c) Valores a receber a título da venda dos imóveis (Nota 6.3.4.1.b).

^(d) Provisão para perda do galpão Finorte (São Luís/MA), em decorrência de litígio sobre a posse do referido imóvel.

a. Reavaliações de Bens Imóveis

Descrição	2018	Data Base	Reavaliação Ajuste	Avaliador	2017	Vida Útil
Terrenos						
Fazenda Lote Santo Antônio - MT	1.517	out/18	(114)	Binswanger Brazil	1.631	-
Locadas a Patrocinadora						
Município de Cajamar - SP	273.810	dez/18	69.414		204.396	75 anos

Condomínio Logístico Cajamar, logístico localizado na Avenida Doutor Antônio João Abdalla, 2.727 – Vila Nova – Cajamar/SP, com terreno medindo 219.177,49 m² e área construída de 73.217,40 m², integralmente locado à patrocinadora por meio do 2º Termo aditivo ao Contrato de Locação nº 002/2013. (Nota 8) foi reavaliado no exercício. O valor econômico-financeiro foi apurado com base na metodologia “comparativo direto de dados de mercado” (valor para locação) e pelo método de “capitalização da renda” (“valor para venda por meio de fluxo de caixa descontado”), aplicando as seguintes premissas e condições contratuais:

- **Valor de locação contrato vigente:**

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Torre Conjunto	Nome do Locatário	Data de início do Contrato	Data do término do Contrato	Valor da Locação Atual	Valor Unitário (R\$/m2)
Prédio Inteiro	Correios	29/03/2014	29/03/2024	2.034.436,49	27,79

PREMISSAS Complexo Logístico Cajamar	
Valor de Mercado de Venda	resultante do fluxo de caixa gerado pelas receitas e despesas do ciclo operacional, valor residual ao término do período de análise e custo de oportunidade e taxa de risco definido para o cenário analisado
Valorização	considerando que valores de locação apurado no mercado se apresentam reprimidos em função da atual conjuntura econômica, adotamos uma valorização de 1% ao ano sobre valor de mercado a partir do 3º ano do fluxo. Esta valorização foi considerada após o término do contrato existente.
Vacância após 1º contrato	consideramos que o locatário atual permanecerá no imóvel ao e para o cálculo da perpetuidade foi considerada uma vacância constante de 3%
Período de análise	120 meses
Fundo de Reposição de Ativo (FRA)	devido à idade da construção estimamos 1% sobre receita líquida (em meses de receita positiva)
Inadimplência Constante	0,03% sobre receita de locação (em meses de receita positiva)
Gestão de Contratos	considerado 0,05% sobre receita
Perpetuidade (Valor Residual do Imóvel)	calculada sobre a renda após 10º ano
Taxa de Capitalização e Taxa de Desconto	considerando cenário em moeda forte (sem inflação), adotamos taxa de desconto de 8,50% a.a., composta por NTNB e risco do negócio, e taxa de capitalização (cap rate) de 8,00% a.a.
Inflação	não considerada

b. Direitos em Alienações de Investimentos Imobiliários

O Instituto alienou a prazo, alguns imóveis da carteira de investimentos imobiliários no ano de 2010 e as parcelas estabelecidas na escritura estão sendo liquidadas regularmente.

O cronograma das parcelas vincendas são discriminadas da seguinte forma:

Data da Venda	Compradores	Imóvel	Parcelas Remanescentes	Valor a Receber
Ago/2010	PONSWINNECKE Empreendimentos	Ed. Aron Birmann - SP	2	1.225 ^(a)
Ago/2010	GTIS XIV Brasil	Ed. Birmann 20	20	4.333 ^(b)
Dez/2010	JC Investimentos LTDA	Ed. RB14º Andar - RJ	2	2.364 ^(c)
Total				7.922

^(a) e ^(c) INPC + 6%a.a.

^(b) Pré-fixado em 11,5%a.a.

~

6.3.5 Empréstimos e Financiamentos

As operações com participantes correspondem aos empréstimos concedidos pelos planos de benefícios a participante e assistidos, que atendem, cumulativamente, às seguintes condições:

- ser contribuinte ininterrupto de qualquer um dos planos de benefícios, nos últimos 6 (seis) meses;

- b. estar adimplente no recolhimento de suas contribuições ou em qualquer obrigação decorrente de sua relação com o Instituto;
- c. não ter praticado atos lesivos ao Instituto nos últimos 5 (cinco) anos;
- d. ter margem consignável disponível, igual ou superior ao valor da prestação para pagamento do empréstimo dentro do prazo pactuado.

O participante-contratante, ao realizar a solicitação para a concessão de empréstimo, autoriza e dá em garantia ao Instituto, para quitação antecipada do saldo devedor atualizado do crédito concedido, o valor de seu resgate de contribuições, após requerer o referido instituto, líquido das obrigações fiscais, considerando todos os planos nos quais esteja inscrito.

As carteiras de empréstimos por planos de benefícios estão representadas a seguir:

Ativo	BD Saldado		Postalprev		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Empréstimos	246.063	267.465	480.105	423.305	726.168	690.770
Principal	339.145	348.422	550.981	472.662	890.126	821.084
Prestações a Receber - Competência Dez/18	5.136	8.546	15.117	14.882	20.253	23.428
Provisões para Liquidação Duvidosa ^(a)	(98.220)	(89.503)	(85.994)	(64.239)	(184.214)	(153.741)
IOF a Compensar	2	0	1	0	3	0

^(a) Parcelas vencidas e vincendas.

As concessões de empréstimos seguem os seguintes parâmetros:

Descrição	Empréstimos	
Plano	Benefício Definido	Postalprev
Modalidades	Empréstimo Simples	
Prestações	96 meses	
Taxa de administração	0,91969% a.a.	
Limite de Concessão	Respeitados a margem consignável disponível e o tempo de vinculação do participante-contratante ao plano pelo qual esteja solicitando o empréstimo, o valor do empréstimo simples estará sujeito aos seguintes limites de crédito, limitado ao valor do direito acumulado para fins de resgate: I - até 1 ano de vinculação ao plano: 1 vez o Salário-de Participação; II - de 1 a 2 anos de vinculação: 2 vezes o Salário-de-Participação; III - de 2 a 4 anos de vinculação: 3 vezes o Salário-de-Participação; IV - de 4 a 6 anos de vinculação: 4 vezes o Salário-de-Participação; V - de 6 a 8 anos de vinculação: 5 vezes o Salário-de-Participação; VI - de 8 a 10 anos de vinculação: 6 vezes o Salário-de-Participação; e VII - acima de 10 anos de vinculação: 7 vezes o Salário-de-Participação.	
	O empréstimo será concedido unicamente pelo Sistema Francês de Amortização (tabela PRICE), de forma postecipada, com pagamentos	

Encargos	de prestações mensais sem carência. A taxa de juros do empréstimo corresponderá à taxa de juros real, efetiva, composta pelas taxas percentuais constantes abaixo. O empréstimo deverá ter rentabilidade compatível com a Política de Investimentos e estará sujeito aos seguintes encargos: I - taxa de juro real de, no mínimo, aquela utilizada nos cálculos atuariais e de, no máximo, 20% ao ano, acrescida de uma margem de volatilidade de até 20% sobre o valor percentual desta taxa de juros real; II - taxa de reposição do poder aquisitivo da moeda, estabelecida com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC (IBGE) – variações percentuais em 12 meses, segundo estimativas de índices de preços divulgadas nos relatórios do Banco Central do Brasil–, acrescida da margem de volatilidade de até 20% (vinte por cento) sobre o valor percentual desta taxa de reposição. III - taxa de custeio administrativo da Carteira de Empréstimos; IV - taxa de custeio operacional da Carteira de Empréstimos, destinada ao pagamento do IOF – Imposto sobre Obrigações Financeiras e de outros impostos que porventura vierem a ser instituídos; V - cotas de quitação do prêmio do Fundo de Quitação por Morte e/ou do Fundo de Quitação por Invalidez; e VI - taxa específica para fins de educação financeira e previdenciária.
----------	--

6.4 IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Descrição	2018	Aquisição/ Baixa	Depreciação / Amortização	2017
Instalações	76	0	(61)	137
Móveis e Utensílios	158	49	(59)	168
Máquinas e Equipamentos	819	(686) ^(a)	(412)	1.917
Veículos	7	0	(14)	21
Software - Imobilizado ^(b)	1.910	812 ^(b)	(362)	1.460
Total	2.971	175	(908)	3.703

^(a) e ^(b) Baixa, reclassificação e reavaliação do prazo de depreciação/amortização.

7 COMPOSIÇÃO DOS ATIVOS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

7.1 ALOCAÇÃO POR SEGMENTO

7.1.1 Investimentos por Segmento

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Alocação por Segmento	Plano BD		Postalprev		PGA		Limite Resolução CMN nº 4.661/2018
	Patrimônio	%	Patrimônio	%	Patrimônio	%	
Disponível	737.170,71	0,0	3.523.626,48	0,1	351.288,94	0,2	
Renda fixa	1.902.529.760,45	67,6	4.148.683.744,30	89,0	147.625.464,01	99,8	100%
Renda variável	49.750.703,77	1,8	29.979.534,33	0,6	0,0	0,0	70%
Estruturados	263.748.263,53	9,4	2.801.708,80	0,1	0,0	0,0	20%
Imóveis	285.303.925,68	10,1	0,00	0,0	0,0	0,0	20%
Operações com participantes	246.063.376,87	8,7	480.104.881,74	10,3	0,0	0,0	15%
Exterior	97.382.114,20	3,5	0,00	0,0	0,0	0,0	10%
Depósitos judiciais/recursais	17.762.307,89	0,6	2.062,79	0,0	0,0	0,0	
(-) Exigível de investimentos	(31.865.869,25)	-1,1	(2.831.715,30)	-0,1	(1.684,49)	0,0	
(-) Exigível contingencial de investimentos	(15.081.110,55)	-0,5	0,00	0,0	0,0	0,0	
Recursos Garantidores	2.816.330.643,30	100	4.662.263.843,14	100,0	147.975.068,46	100	

7.1.2 Desenquadramento

De acordo com a Resolução nº CMN 4.661/2018, ao final do exercício financeiro de 2018 conferimos:

Artigo	Plano	Investimento	Mercado Organizado
16	BD Saldado	NITPAR Participações S.A. (NITP3) ^(a)	Sem mercado ativo

(a) Títulos patrimoniais provenientes da liquidação do FIP RN Naval realizado em 08/12/2017.

Artigo	Inciso	Alínea	Plano	Investimento	Máximo de 25% do PL
28	II	"d"	BD Saldado	FIP Bioenergia	28,3%
				FIP Saúde	25,8%
		"f"		FIC FIDE BNY Mellon	100%
				FIDC Trendbank	50,5%
		"b"	FIDC CJP	100,0%	
			Postaprev	FIDC Trendbank	50,5%

Artigo	Inciso	Plano	Empreendimento	Vedações
36	XIII	BD Saldado	Galpão Finorte - São Luís - MA ^(a) Fazenda Santo Antônio - MT ^(b)	Terreno/imóveis

(a) Imóvel oriundo da execução de garantia da CRI Acrux. e CDCA Paiva, respectivamente.

(b) Imóvel oriundo da execução de garantia CDCA Paiva. (Nota 6.3.4.1 "d").

7.2 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

7.2.1 CARTEIRA DE TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Plano	50 pontos-base	100 pontos-base	150 pontos-base	200 pontos-base
Plano BD	7.739	28.806	48.368	66.498
Plano PostalPrev	4.736	14.283	23.075	31.212
PGA	1.368	3.130	4.828	6.470

A análise de sensibilidade dos títulos públicos federais para os fatores de risco de mercado utilizou o cenário de simulação de choque de crescimento nas curvas de juros pré-fixado e cupom de inflação (IPCA e IGP-M).

8 TRANSAÇÃO ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Instituto detém em sua carteira um Centro Operacional Logístico em Cajamar (SP), integralmente locado à patrocinadora Correios. O contrato de locação será efetivado mediante o recebimento definitivo das obras, quando iniciará o prazo de locação de 120 meses, prorrogável por 135 meses, mediante termo aditivo.

Em 31/12/2018, o Instituto registrou de aluguéis a receber o valor de R\$ 2.034 mil (1.965 mil em 2017).

A Entidade considera também como partes relacionadas o seu quadro de colaboradores, membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos Deliberativo e Fiscal.

A remuneração mensal paga aos funcionários e à administração da Entidade corresponde aos seguintes valores:

Funcionários	2018	2017
Menor Salário	1.989,95	1.843,95
Maior Salário	21.405,81	20.971,70
Salário Médio	6.067,34	6.502,86
Dirigentes ^(a)		
Presidente	0	40.632,85
Diretor	0	37.922,64
Conselheiros ^(b)		
Conselho Deliberativo	0	4.181,69
Conselho Fiscal	0	4.181,69

(a) DEL-13/2011: a remuneração mensal do presidente é igual ao do Vice-Presidente da Patrocinadora Correios; e a remuneração mensal dos diretores corresponde à 93,33% da remuneração do Presidente do Postalís. Por ocasião da intervenção, o Instituto não registrou, em 2018, remuneração aos órgãos colegiados.

(b) O honorário mensal dos Conselhos corresponde à 10% da remuneração do Presidente do Postalís, calculado com base em 13 (treze) salário anuais. Por ocasião da intervenção, o Instituto não registrou, em 2018, remuneração aos órgãos colegiados.

As transações com empréstimos e condições estão descritas na (nota 6.3.5) .

As contribuições repassadas pela patrocinadora Correios no DMAL.

9 EXIGÍVEL OPERACIONAL

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Esse grupo registra os compromissos a pagar do Postalis, segregados em gestão Previdencial, Administrativa e de Investimentos, demonstrado como segue:

Descrição	BD Saldado		Postalprev		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	86.973	76.216	109.179	78.314			196.152	154.530
Benefícios a Pagar	79.299	69.478	105.188	74.048			184.486	143.526
Retenções a Recolher	4.400	4.214	849	862			5.249	5.075
Outras Exigibilidades ^(a)	3.274	2.524	3.142	3.404			6.417	5.929
Gestão Administrativa					10.941	11.439	10.941	11.439
Pessoal e Encargos					2.941	3.267	2.941	3.267
Fornecedores a Pagar					5.216	5.249	5.216	5.249
Retenções a Recolher					1.427	1.158	1.427	1.158
Tributos a Recolher					755	770	755	770
Outras Exigibilidades					603	995	603	995
Investimentos	31.866	32.723	2.832	2.033	2	0	34.699	34.755
Fundos de Investimentos	30.324 ^(c)	28.253	0	0	0	0	30.324	28.253
Investimentos Imobiliários	13	0	0	0	0	0	13	0
Empréstimos e Financiamentos	163	292	607	490	0	0	770	782
Outras Exigibilidades ^(b)	1.365	4.178	2.225	1.543	2	0	3.592	5.720
Total do Exigível Operacional	118.838	108.938	112.011	80.346	10.943	11.439	241.792	200.723

^(a) Custeio das despesas administrativas previdenciais.

^(b) Custeio das despesas administrativas de investimentos e alteração do critério de rateio.

^(c) FIP com PL negativo (Bioenergia, Mezanino Marine e Invest. Inst II).

10 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – Perda Provável

O Instituto possui 104 ações judiciais (121 em 2017) classificados como prováveis decorrentes do curso de suas atividades, que envolvem questões de ordem previdencial (diferenças de verbas trabalhistas nos benefícios previdenciais, concessão ou revisão de benefícios), administrativa (tributária, verbas trabalhistas, reintegração de emprego) e investimentos (recuperação de investimentos, empréstimos, imóveis) que serão objeto de decisão futura e poderão ter ou não impacto na situação econômica-financeira da Entidade.

Descrição	BD Saldado		PGA		Consolidado		Depósitos Judiciais	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	8.301	10.253	0	0	8.301	10.253	19.676	19.232
Gestão Administrativa	0	0	62.231 ^(a)	71.664	62.231	71.664	52.725	62.212
Investimentos	15.081	4.948	0	0	15.081	4.948	17.762 ^(b)	7.352
Total	23.382	15.202	62.231	71.664	85.613	86.865	90.163	88.796

^(a) PIS e COFINS.

^(b) Honorários de sucumbenciais (CCI J2HA Empreendimentos Ltda).

A Administração considera que as provisões constituídas ao fim do exercício são suficientes e adequadas para cobrir eventuais perdas decorrentes do julgamento final desses processos.

11 PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

11.1 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – Perda Possível

Natureza	BD Saldado		PGA		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Gestão Previdencial	1.455.563	1.544.976	0	0	1.455.563	1.544.976
Gestão Administrativa	0	0	91.205	88.275	91.205	88.275
Investimentos	10.858.685 ^(a)	209.828	0	0	10.858.685	209.828
Estimativa de Perda Possível	12.314.248	1.754.805	91.205	88.275	12.405.453	1.843.080

^(a) BNY Mellon DTVM, BNY Mellon Administração de Ativos e BNY Mellon Alocação de Patrimônio Ltda (Nota 5 "h" e "i").

Fundamentado em parecer técnico da área jurídica e observando a classificação de risco apontada, o Postalís considera como passivos contingentes os recursos necessários para fazer frente às ações ajuizadas por participantes e ex-participantes cujo objeto é classificado com chance de perda possível.

Quase a totalidade dessas 948 ações (1.042 em 2017) refere-se ao Plano BD Saldado. São compostas principalmente pela revisão de benefício pela aplicação das regras do regulamento vigente à época da adesão do participante ao plano de benefícios e revisão do benefício pela incidência de verbas obtidas em reclamatórias trabalhistas em face do patrocinador.

11.2 ATIVO CONTINGENTE

a) Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND)

Em função do Decreto-lei nº 2.288, de 24/07/1986, as EFPC's, mantidas por empresas públicas, sociedades de economia mista, federais ou estaduais, inclusive as de natureza especial, e fundações instituídas pelo Poder Público, aplicaram 30% (trinta por cento) de suas reservas técnicas na aquisição de Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), com prazo de 10 (dez) anos e variação equivalente à Obrigação do Tesouro Nacional (OTN).

Em 1991, a Associação Brasileira das EFPC (ABRAPP) ajuizou ação ordinária em face do FND, do BNDES e da União Federal para obter ressarcimento pelos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 a fevereiro de 1991 obtendo ganho de causa, que equivale à correção paga a menor referente à substituição do Índice de Preço ao Consumidor (IPC) para Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Em 2012, a União Federal ajuizou ação rescisória buscando rescindir a decisão favorável à ABRAPP na referida ação ordinária, a qual encontra-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em 2015, a ABRAPP ajuizou ação de liquidação em face da União Federal para que seja reconhecido por decisão judicial o valor devido. A ação de liquidação encontra-se em fase de produção de prova pericial.

b) Reserva de Tempo de Serviço Anterior (RTSA)

A RTSA, também conhecida como “Serviço Passado” está presente no custo do PBD, administrado pelo Postalís, desde a sua criação, em 1981. Tal encargo corresponde ao valor do custo que os Participantes, que ingressaram tardiamente (ou com idade mais avançada) representam para o plano, no caso o PBD.

A mudança mais significativa e que gera maiores questionamentos é oriunda do saldamento do Plano PBD, que ocorreu em 01/03/2008. Para o efetivo equilíbrio do plano, a Patrocinadora assumiu, em 2007, o compromisso pelo pagamento, em relação à RTSA, do valor de aproximadamente R\$ 630 milhões. Entretanto, após o saldamento, verificou-se que o valor correspondente a esse compromisso, representado pela RTSA, era superior, em mais R\$ 793 milhões.

Para esclarecer o caso, o Postalís solicitou, inicialmente, uma “Segunda Opinião”. Posteriormente, ao ser examinado nos Correios, tanto pela Diretoria-Executiva, quanto pelo Conselho de Administração, decidiu-se pela realização de Auditoria Atuarial, que também confirmou o novo valor da RTSA. Dessa forma, os Correios decidiram pela aprovação dos pagamentos mensais da RTSA ao Postalís, condicionado a uma possível revisão futura dos valores.

A matéria foi submetida ao DEST, que, após várias reuniões técnicas e longa análise, emitiu, em 30/11/2010, a Nota Técnica nº 407/CGINP/DEST-MP, encaminhada ao Ministério das Comunicações pelo Ofício nº 844/DEST-MP. Por meio desta NT, o DEST reconheceu a responsabilidade da Patrocinadora pela RTSA e o seu valor atualizado (R\$ 1.489,8 milhões, base 31/07/2007). Posteriormente, o DEST ratificou esse entendimento por meio do OF. nº 60/DEST-MP e NT nº 39/CGINP-MP, de 14/02/2011.

Porém, transcorridos 3 anos o DEST retificou seu entendimento e expediu a Nota Técnica nº43/CGINP-MP, de 14/02/2014, que acompanha a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a qual na nota 831 – MF/STN/SUPOF/COFIS/GEROB, de 15/10/2012, entende que parte do valor da RTSA (R\$ 475 milhões) deveria ser segregada e paga de forma paritária (Patrocinadora e Participantes).

Em abr/2014, os Correios suspenderam o pagamento da RTSA e aprovaram a contratação e serviços de consultoria atuarial para prestar esclarecimentos de ordem técnica acerca do conceito, alcance, diferenças e critérios de utilização da RTSA.

Em mai/2017, a Consultoria Mercer emitiu a Manifestação Atuarial MA-046/2017, que aborda aspectos técnicos-atuariais em relação aos procedimentos adotados na apuração de valores da RTSA, a fim de justificar a majoração dos valores em decorrência de relevante ajustamento do plano de benefícios. Em out/2018, em complemento à manifestação anterior e com o propósito de verificar o impacto do processo de saldamento sobre os valores atribuídos à RTSA, a Mercer promoveu o recálculo da referida reserva técnica, emitindo ao final do estudo o Relatório 127/2018, que foi encaminhado aos Correios para análise e tratativas junto à SEST.

Em 31/12/2018, o valor atualizada da RTSA corresponde a R\$ 1.725.024 mil.

c) **Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)**

O Postalis contratou escritório de advocacia especializado para atuar na análise da real situação dos créditos privados lastreados contra o FCVS, as implicações jurídicas, a situação dos litígios existentes e a propositura da melhor estratégia para a gestão das CCI MTTG, CCI Tetto e dos fundos FIDC GP Aetatis e FIM FM1. Apesar das tratativas junto à Caixa Econômica Federal (CEF) para discutir a proposta de acordo para a novação no âmbito do FCVS, onde a CEF salienta que envidará os melhores esforços para viabilizar operacionalmente, não é possível à administradora do FCVS garantir que os créditos serão novados, uma vez que existem outros atores nesse processo como a Controladoria Geral da União (CGU), a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

d) **BNY MELLON DTVM (Notas 5.6 e 5.7)**

Em atendimento à Resolução do CFC nº 1.180/2009 que aprova a NBC TG nº 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o Instituto não registra em suas demonstrações os referidos ativos.

12 PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas em bases atuariais sob a responsabilidade do atuário independente Mercer, e representam os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes e seus beneficiários.

12.1 PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

As premissas e hipóteses atuariais do plano foram aprovadas por meio da Decisão do Interventor 2018/005, de 05/02/2018, com base nos resultados dos testes de aderência, conforme quadro a seguir:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Hipótese e Premissas Atuariais	BD Saldado		Postalprev	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Bases Populacionais				
Rotatividade	EXP. GAMA ROT 2018 (Taxa média de 1,17% até a aposentadoria e nula após essa idade)	EXP. GAMA ROT 2017 (Taxa média de 1,18% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência Postalprev 2014-2017 (taxa média de 2,98% até a aposentadoria e nula após essa idade)	Experiência PostalPrev 2014-2016 (taxa média de 1,83% até a aposentadoria e nula após essa idade)
Custo de Pensão	Benefícios a Conceder: Família Padrão calculada com base nos dados de dependentes informada na data base da Avaliação Atuarial			
	Benefícios Concedidos: Família Real			
Entrada em Aposentadoria	Entre 23 a 25 meses	24 meses	Não Aplicável	
Bases Econômicos e Financeiras				
Taxa de Juros Técnico Atuarial	4,90%	4,68%	4,95%a.a.	5,00% a.a.
Crescimento Real Anual do Salário	Não aplicável		Taxa média de 2,03% a.a. (IC95% de 1,87% a 2,20%)	Taxa média de 2,77% a.a. (IC95% de 2,04% a 3,50%)
Fator de Capacidade	98,00%	98,24%	98,00%	98,04%
Hipóteses Biométricas				
Tábua Mortalidade Geral/Sobrevivência	AT 2000 M&F			
Tábua Mortalidade de Inválidos	AT-49 M (A65%) e F (A75%)		RP 2000 DISABLED M&F	
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT MÉDIA (D65%)	LIGHT FRACA	LIGHT MÉDIA D60%	

A taxa de juros foi calculada conforme metodologia constante na Resolução CNPC nº 15/2014, Instrução Previc nº 23/2015 e Portaria Previc nº 708/2015.

12.2 PLANO BD SALDADO

12.2.1 Equilíbrio Técnico

Registra o excedente (superávit) ou a insuficiência (déficit) patrimonial dos planos de benefícios em relação aos seus compromissos totais.

Composição das Provisões Matemáticas	2018	2017
Provisões Matemáticas	8.902.486	9.251.640
Benefícios Concedidos	10.478.961	10.471.406
Benefícios a Conceder	3.950.055	4.273.842
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.526.531)	(5.493.608)
(-) Déficit Equacionado	(5.526.531)	(5.493.608)
Equilíbrio Técnico Acumulado	(6.034.687)	(6.502.131)
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.034.687)	(6.502.131)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2018	2017
a) Equilíbrio Técnico	(6.034.687)	(6.502.131)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	21.913 ^(a)	93.505
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(6.012.775)	(6.408.626)

^(a) Sistema Venturo (Previc).

12.2.2 Ajuste de Precificação

Em atendimento à Resolução MPS/CGPC nº 26/2008, Resolução MPS/CNPC nº 16/2014 e Instrução Previc nº 19/2015, o Instituto apresentou ao fim dos exercícios de 2018 o valor de R\$ 21.913 mil (R\$ 93.505 mil em 2017) respectivamente de ajuste de precificação, que corresponde à diferença entre o valor dos títulos

públicos federais atrelados a índices de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

Para isso, os títulos públicos federais devem atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

- Estejam classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento;
- Tenham por objetivo dar cobertura aos benefícios a conceder e concedidos com valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como aos benefícios concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão;
- O valor presente do fluxo dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo de pagamento de benefícios;
- O valor presente do fluxo remanescente dos títulos públicos federais objeto do ajuste (principal e juros) seja igual ou inferior ao valor presente do fluxo remanescente de pagamento de benefícios, apurados anualmente para todo o período do fluxo;
- A duração do fluxo dos títulos públicos federais, objeto do ajuste (principal e juros), seja inferior à duração do fluxo de pagamento de benefícios; e
- Esteja demonstrada a capacidade financeira de atendimentos às necessidades de liquidez do plano de benefícios.

Os títulos utilizados para a apuração do ajuste de precificação são:

Ajuste de Precificação - Plano BD Saldado								
Títulos Públicos	Tx de Aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU tx de aquisição em 31/12/2018	PU recalculado em 31/12/2018	Valor Contábil em 31/12/2018	Valor Ajustado em 31/12/2018	Valor do Ajuste
NTN-B	6,77 a 7,14	15/05/2019	40.000	3.193	3.170	126.812	127.713	901
NTN-B	5,84 a 6,75	15/08/2020	40.000	3.277	3.220	128.805	131.097	2.292
NTN-B	6,39 a 7,14	15/05/2021	70.000	3.255	3.129	219.043	227.870	8.828
NTN-B	5,57 a 6,28	15/08/2022	80.833	3.338	3.232	261.287	269.818	8.531
NTN-B	6,04	15/05/2023	10.000	3.314	3.178	31.776	33.137	1.361
						767.723	789.635	21.912

Segundo a Resolução CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, considerando a Duração do Passivo do exercício, de 15,21 anos, o limite de deficit para Avaliação Atuarial de 2018 é de R\$997.968 mil (11,21% das Provisões Matemáticas). Sendo o deficit apurado após o ajuste de precificação superior ao limite em R\$5.014.806 mil haverá necessidade de equacionamento obrigatório de no mínimo o valor da parcela que excedeu ao limite, com elaboração e aprovação do plano de equacionamento até o encerramento do exercício de 2019.

12.2.3 Plano de Equacionamento do Déficit 2015

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Em decorrência do Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, o Instituto restabeleceu o referido déficit, suspendendo temporariamente o plano de equacionamento (Nota 16.1) .

12.3 PLANO POSTALPREV

12.3.1 Equilíbrio Técnico

Composição das Provisões Matemáticas	31/12/2018	31/12/2017
Provisões Matemáticas	4.117.890	3.586.962
Benefícios Concedidos	478.953	469.995
Benefícios a Conceder	3.638.937	3.116.967
Equilíbrio Técnico	23.344	(28.582)
Superávit Técnico Acumulado	23.344	0
Reserva de Contingência	23.344	0
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	(28.582)
Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	31/12/2018	31/12/2017
a) Equilíbrio Técnico	23.344	(28.582)
b) (+/-) Ajuste de Precificação	36.515 ^(a)	39.314
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	59.859	10.732

^(a) Sistema Venturo (Previc).

12.3.2 Ajuste de Precificação

Conforme determina a Resolução MPS/CNPC nº 16/2014 e observando os critérios previstos na Instrução Previc nº 19/2015, o ajuste de precificação corresponde a R\$ 36.515 mil em 2018 (R\$ mil 39.314 em 2017).

Os títulos utilizados para a apuração do ajuste de precificação são:

Ajuste de Precificação - Postalprev								
Títulos Públicos	Tx de Aquisição % a.a.	Vencimento	Quantidade	PU tx de aquisição em 31/12/2018	PU recalculado em 31/12/2018	Valor Contábil em 31/12/2018	Valor Ajustado em 31/12/2018	Valor do Ajuste
NTN-B	6,01 a 6,04	15/05/2021	2.652	3.252	3.179	8.430	8.624	193
NTN-B	5,49 a 6,71	15/08/2022	7.956	3.333	3.242	25.794	26.516	722
NTN-B	5,530	15/05/2023	884	3.308	3.238	2.862	2.924	62
NTN-B	6,25 a 7,00	15/08/2030	9.724	3.514	3.066	29.813	34.167	4.354
NTN-B	5,09 a 7,50	15/05/2035	13.260	3.546	2.990	39.647	47.017	7.370
NTN-B	6,64	15/08/2040	884	3.659	3.006	2.657	3.235	578
NTN-B	5,21 a 6,77	15/05/2045	4.862	3.662	3.090	15.022	17.805	2.783
NTN-B	5,90 a 7,30	15/08/2050	26.697	3.750	2.984	79.669	100.121	20.453
						203.895	240.410	36.515

13 FUNDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o Postalís apresentou a seguinte composição de fundos:

Notas explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma)

Setor Comercial Norte Quadra 5
Torre Sul, Sala 401
Brasília Shopping
70715-900 - Brasília - DF

Descrição	BD Salgado				Postalprev				Consolidado			
	2018	Constituição	(Reversões)	2017	2018	Constituição	(Reversões)	2017	2018	Constituição	(Reversões)	2017
Fundos Previdenciais	0	0	0	0	475.882	96.870	0	379.012	475.882	96.870	0	379.012
Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar ^(a)	0	0	0	0	433.882	92.869	0	341.013	433.882	92.869	0	341.013
Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial ^(b)	0	0	0	0	41.999	4.001	0	37.998	41.999	4.001	0	37.998
Fundos Administrativos ^(c)	16.208	397	0	15.811	124.916	24.852	0	100.064	141.124	25.249	0	115.875
Fundos dos Investimentos	4.616	891	0	3.725	14.101	1.712	0	12.389	18.717	2.603	0	16.114
Total dos Fundos	20.824			19.536	614.898			491.464	635.722			511.000

(a) destinado a despesas com Auxílio-Doença, Pecúlio por Morte e Garantias Mínimas de Pensão por Morte de Participantes e Aposentadoria por Invalidez. Constituído por contribuições para os benefícios de riscos (alíneas "b" e "c" dos artigos 27 e 37 do Regulamento), acrescido dos saldos remanescentes da

Conta de Contribuições do Patrocinador no caso de resgate e das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, no caso de Aposentadoria por Invalidez em que o Participante retorne à atividade.

(b) constituído pela Provisão Matemática de falecidos cujos benefícios de auxílio-doença ou de aposentadoria não se transformem em Pensão; pela Provisão Matemática de Pensionistas, cuja pensão se extinga pela desabilitação de todos os Beneficiários; e, quando determinado no Plano de Custeio, parcela das

Contribuições Específicas destinadas a segurar o Plano quanto ao esperado desagravamento da taxa de mortalidade. Além desses recursos, anualmente, o Fundo Previdencial agregará o resultado do acompanhamento das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos ora corrigidos pela rentabilidade do

Plano ora atualizadas pela variação nominal do INPC acrescidos da taxa de juros de 5,5% ao ano. O Fundo será utilizado para auxiliar a não contaminação dos resultados do Plano quando da insuficiência de cobertura das Provisões geradas pelas perdas atuariais (hipóteses atuariais não realizadas).

(c) constituídos pela parcela correspondente às cotas de quitação por morte e invalidez a serem cobradas, de forma parcelada, nos vencimentos dos pagamentos mensais creditados ao Postalís pelos participantes-contratantes, de forma a garantir a cobertura dos empréstimos concedidos na ocorrência do

falecimento ou invalidez pelo Regime Geral de Previdência Oficial. A correção do fundo é registrada mensalmente pela rentabilidade dos respectivos planos de benefícios.

14 MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

14.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Descrição	BD Salgado		Postalprev		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Adições	911.566	538.862	956.018	567.056	1.867.584	1.105.919
Contribuições Previdenciais	550.494	535.350	530.151	567.056	1.080.646	1.102.407
Patrocinadora	275.051	266.379	259.801	278.612	534.852	544.991
Normais	0	1	255.471	273.636	255.471	273.637
Assistidos	58.264	45.691	4.330	4.976	62.594	50.667
Extraordinárias	216.787	220.687	-	-	216.787	220.687
Participantes	275.214	266.024	269.779	287.993	544.993	554.018
Normais	0	1	265.023	282.636	265.023	282.637
Assistidos	58.264	45.690	4.756	5.356	63.020	51.047
Extraordinárias	216.950	220.333	0	1	216.950	220.334
Autopatrocinados	0	0	552	433	552	433
Demais Adições	229	2.947	19	18	249	2.965
Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.511	0	0	0	3.511
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	361.071	1	425.867	0	786.938	1
Destinações	(793.276)	(3.137.491)	(276.294)	(1.144.952)	(1.069.570)	(4.282.443)
Benefícios	(780.591)	(685.907)	(245.684)	(589.292)	(1.026.275)	(1.275.198)
Prestação Continuada	(749.085)	(647.004)	(99.399)	(120.977)	(868.484)	(767.981)
Prestação Única	(10.965)	(10.339)	(4.999)	(8.403)	(15.964)	(18.742)
Institutos	(18.911)	(19.834)	(141.286)	(459.027)	(160.197)	(478.861)
Outras Deduções	(1.630)	(8.729)	0	(884)	(1.630)	(9.614)
Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.031)	0	0	0	(1.031)	0
Cobertura do Custeio Administrativo	(11.654)	(9.905)	(30.610)	(33.224)	(42.264)	(43.129)
Resultado Negativo Líquido dos Investimentos	0	(2.441.679)	0	(522.437)	0	(2.964.116)
Acréscimos/Decréscimos	118.290	(2.598.629)	679.724	(577.896)	798.014	(3.176.525)

14.1.1 Resultado e Rentabilidade dos Investimentos

Resultado dos Investimentos	BD Salgado		Postalprev		Consolidado	
	Variação	Rentabilidade	Variação	Rentabilidade	2018	2017
Rendas/Variações Líquidas	361.545		426.832		788.377	(895.067)
Títulos Públicos	201.949	14,3%	310.936	10,8%	512.885	416.736
Créditos Privados e Depósitos	(200.662) ^(a)	145,7%	(100.663)	44,8%	(301.325)	(83.296)
Ações	(4.712)	-11,7%	8.166	10,9%	3.455	(495.649)
Fundos de Investimento	276.521	4,5%	196.094	15,0%	472.615	(775.158)
Investimentos Imobiliários	80.614	39,8%	0	0,0%	80.614	14.648
Empréstimos e Financiamentos	32.699	13,8%	36.887	8,9%	69.586	106.187
Exigível Contingencial - Investimentos	(9.500)		0		(9.500)	(1.480)
Outros Realizáveis	(15.365)		(24.588)		(39.954)	(77.056)
Constituição/Reversão do Fundo dos Investimentos	(474)		(965)		(1.439)	2.381
Total	361.071	14,7%	425.867	10,9%	786.938	(892.686)

(a) Liquidação do FIDC Cadence em que as CCI's Indaiatuba, Anatote, J2HA, Laima, Conspar, Ribeira e Uniesp vieram para a carteira própria.

Custeio Administrativo/Recursos Garantidores ^(b)	1,05%
Rentabilidade Líquida	13,6%
	9,9%

(b) Calculado conforme os arts. 2º e 6º da Resolução CGPC nº 29/2009.

14.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

O rateio das despesas administrativas segue critérios preestabelecidos, ou seja, 24,7% para gestão administrativa previdencial e 75,3% para a gestão de Investimentos, cuja proporcionalidade relativa a cada plano de benefícios considera o número de participantes e a proporção equivalente ao ativo de investimentos respectivamente.

Os recursos originados dos planos de benefícios para custeio da Gestão Administrativa alcançou 3,7% em 2018 das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados) portanto, dentro no limite estabelecido pela Resolução MPS/CGPC nº 29, de 31/08/2009. O resultado dos investimentos do Fundo Administrativo, demonstrado no DPGA, foi de R\$ 10.562 mil (R\$ 8.641 mil em 2017) e a rentabilidade líquida foi alcançou 6,4% a.a. (11% a.a., em 2017).

Descrição	2018	2017	Var. %
Composição das Despesas Administrativas	64.096	89.422	-28,3%
Pessoal e Encargos	37.602	54.335	-30,8%
Conselheiros ^(a)	-	421	
Dirigentes ^(a)	16	2.141	
Pessoal Próprio ^(b)	37.453	51.572	
Demais Despesas com Pessoal	132	201	
Treinamento/Congressos e Seminários	111	401	-72,3%
Viagens e Estádias	380	1.370	-72,3%
Serviços de Terceiros	11.991	18.660	-35,7%
Consultoria Atuarial ^(c)	707	256	
Consultoria Jurídica	4.109	4.013	
Serviços de Informática	3.397	2.531	
Serviços de Gestão/Planejamento Estratégico	748	1.964	
Auditoria Contábil	72	37	
Vigilância e Conservação	528	617	
Serviços Gráficos	131	347	
Manutenções em Geral	88	145	
Postais e Malotes	705	1.310	
Serviços de Telecomunicações	819	864	
Consultoria dos Investimentos	616	1.663	
Serviço de Custódia ^(d)	-	4.836	
Outros Serviços de Terceiros	71	76	
Despesas Gerais	6.680	6.919	-3,5%
Custas Judiciais	551	317	
Energia Elétrica/Água e Esgoto	427	383	
Associações de Classe	122	101	
Seguros Administrativos ^(e)	162	1.302	
Assinaturas de Periódicos	15	26	
Materiais de Consumo	323	1.315	
Encargos Diversos ^(f)	1.113	283	
Despesas Bancárias ^(g)	1.966	1.365	
Aluguel do Edifícios Sede	1.440	1.620	
Outras Despesas Gerais	560	207	
Depreciações e Amortizações	2.126	455	367,6%
Tributos	5.207	7.283	-28,5%
TAFIC	480	840	
PIS/COFINS s/ Faturamento	4.645	6.118	
Outros Impostos	82	325	

^(a) Regime Especial de Intervenção.

^{(b) e (f)} Encerramento das operações nos núcleos regionais.

^(c) Estratégia previdencial envolvendo a criação de novo planos. Cálculo de reavaliação da avaliação atuarial

Serviços técnicos atuariais envolvendo a apuração do valor atualizado da RTS - Reserva de Tempo de Serviço Passado.

^(d) Valor custeado pelos planos de benefícios.

^(e) Renovação do seguro D&O.

^(g) Baixa das taxas de boletos bancários não pagos.

As Despesas Administrativas alcançaram 3,1% das contribuições previdenciais normais e benefícios (Programados e Não Programados), consideradas as Despesas Administrativas dos Investimentos que somaram R\$ 35.952 mil e foram integralmente ressarcidas pelo Custeio dos Investimentos (Nota 4.15).

15 AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Em atendimento ao disposto no item 9.1, Anexo “C” da Resolução MPS/CGPC nº 8/2011 e os itens 28 e 29 da Instrução SPC nº 34/2009 e alterações posteriores, as Demonstrações Contábeis devem ser apresentadas por plano e consolidadas.

A consolidação é registrada em balancete auxiliar, por meio de ajustes e eliminações dos registros que apresentam reflexos em duplicidade.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são: “Superávit Técnico”, “Déficit Técnico”, “Migrações entre Planos”, “Compensações de Fluxos Previdenciais”, “Participação no Plano de Gestão Administrativa” e “Participação no Fundo Administrativo PGA” conforme demonstrado abaixo:

Ativo	BD Saldado	Postalprev	PGA	Ajustes Eliminações	Balanco Patrimonial
Disponível	737	3.524	351	0	4.612
Gestão Previdencial	151.357	78.132	0	(918)	228.570
Gestão Administrativa	16.208	124.916	63.351	(150.162)	54.313
Investimentos	2.862.540	4.661.572	147.625	0	7.671.738
Permanente	0	0	2.971	0	2.971
Total	3.030.842	4.868.143	214.298	(151.080)	7.962.204
Passivo					
Gestão Previdencial	86.973	109.179	0	(6.036)	190.115
Gestão Administrativa	0	0	10.941	(346)	10.595
Investimentos	31.866	2.832	2	(3.574)	31.125
Exigível Contingencial	23.382	0	62.231	0	85.613
Patrim. Cobertura do Plano	2.867.798	4.141.234	0	0	7.009.032
Fundos	20.824	614.899	141.124	(141.124)	635.722
Total	3.030.842	4.868.143	214.298	(151.080)	7.962.204

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

16.1 TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – TAC

Em janeiro de 2019, o Instituto e os Correios assinaram o TAC, que se encontra em análise pela Previc. O referido TAC prevê a suspensão temporária da aplicação de planos de equacionamento de déficits a partir do exercício de 2015, em contrapartida de estudos técnicos que visem à definição de uma estratégia previdenciária ampla, para proposta de uma solução adequada ao desequilíbrio atuarial apresentado no Plano de Benefícios Definido Saldado.

16.2 PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA

A partir de jan/2019, a instituição financeira Brasil Plural S.A. Banco Múltiplo assume a prestação de serviços de custódia qualificada da carteira de títulos e valores mobiliários do Postalís, em substituição à BNY Mellon DTVM.

16.3 REGIME ESPECIAL DE INTERVENÇÃO

Destaca-se que conforme a Portaria Previc nº 955, de 03/10/2017, de 04/10/2017, foi decretada a intervenção no Postalís pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias a partir da data da publicação da referida Portaria. A intervenção foi prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 02/04/2018, conforme Portaria Previc nº 255, de 27/03/2018. Posteriormente, em 28/09/2018, a intervenção foi novamente prorrogada por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 29/09/2018.

Em 27/03/2019, por meio da Portaria Previc nº 243, de 25/03/2019 registra-se novamente prorrogação da intervenção no Postalís, a contar de 28/03/2019.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
INTERVENTOR
CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
CPF: 782.565.771-34

BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO

ATIVO	Exercício 2018	Exercício 2017	PASSIVO	Exercício 2018	Exercício 2017
DISPONÍVEL	4.612	2.934	EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 9)	231.836	188.543
			GESTÃO PREVIDENCIAL	190.115	148.850
			GESTÃO ADMINISTRATIVA	10.595	10.658
			INVESTIMENTOS	31.125	29.035
REALIZÁVEL	7.954.621	7.087.660			
GESTÃO PREVIDENCIAL (Nota 6.1)	228.570	218.552	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 10)	85.613	86.865
GESTÃO ADMINISTRATIVA (Nota 6.2)	54.313	63.004	GESTÃO PREVIDENCIAL	8.301	10.253
INVESTIMENTOS (Nota 6.3)	7.671.738	6.806.104	GESTÃO ADMINISTRATIVA	62.231	71.664
Títulos públicos	4.896.835	4.514.228	INVESTIMENTOS	15.081	4.948
Créditos privados e depósitos	109.232	115.066			
Ações	79.730	83.016	PATRIMÔNIO SOCIAL	7.644.755	6.818.889
Fundos de investimentos	1.556.704	1.160.743	PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO	7.009.032	6.307.888
Investimentos imobiliários	285.304	234.929	PROVISÕES MATEMÁTICAS (Nota 12)	13.020.375	12.838.602
Empréstimos e financiamentos	726.168	690.770	Benefícios Concedidos	10.957.914	10.941.401
Depósitos Judiciais	17.764	7.352	Benefícios a Conceder	7.588.992	7.390.809
PERMANENTE (Nota 6.4)	2.971	3.703			
Imobilizado	2.971	3.703	(-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.526.531)	(5.493.608)
			(-) Déficit Equacionado	(5.526.531)	(5.493.608)
			EQUILÍBRIO TÉCNICO	(6.011.343)	(6.530.714)
			Resultados Realizados	(6.011.343)	(6.530.714)
			(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.011.343)	(6.530.714)
			FUNDOS (Nota 13)	635.722	511.001
			FUNDOS PREVIDENCIAIS	475.881	379.011
			FUNDOS ADMINISTRATIVOS	141.124	115.875
			FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	18.717	16.114
TOTAL DO ATIVO	7.962.204	7.094.297	TOTAL DO PASSIVO	7.962.204	7.094.297

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO				
DESCRIÇÃO		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO		6.818.889	7.912.089	-13,8%
1 . ADIÇÕES		1.917.337	1.189.868	61,1%
(+)	Contribuições Previdenciais	1.038.382	1.059.275	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	786.938	0	
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.511	
(+)	Receitas Administrativas	78.851	118.441	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	10.563	8.641	
(+)	Constituição de Fundos de Investimentos	2.603	0	
2 . DESTINAÇÕES		(1.091.471)	(2.283.068)	-52,2%
(-)	Benefícios	(1.026.275)	(1.275.198)	
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(893.431)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.031)	0	
(-)	Despesas Administrativas	(64.096)	(89.418)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	(69)	(27.804)	
(-)	Reversão de Fundos de Investimentos	0	2.783	
3 . ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1 + 2)		825.866	(1.093.200)	-175,5%
(+/-)	Provisões Matemáticas	181.773	1.057.233	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	519.371	(2.420.361)	
(+/-)	Fundos Previdenciais	96.870	81.070	
(+/-)	Fundos Administrativos	25.249	9.861	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	2.603	2.783	
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)		7.644.755	6.818.889	12,1%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO				
BENEFÍCIO DEFINIDO				
DESCRIÇÃO		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO		2.749.509	3.542.486	-22,4%
1 . ADIÇÕES		911.566	538.859	69,2%
(+)	Contribuições Previdenciais	550.494	535.348	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	361.071	0	
(+)	Reversão Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	0	3.511	
2 . DESTINAÇÕES		(793.276)	(1.331.836)	-40,4%
(-)	Benefícios	(780.591)	(685.907)	
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(636.024)	
(-)	Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.031)	0	
(-)	Custeio Administrativo	(11.654)	(9.905)	
3 . ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)		118.290	(792.977)	-114,9%
(+/-)	Provisões Matemáticas	(349.155)	1.602.889	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	467.444	(2.572.080)	
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)		2.867.799	2.749.509	4,3%
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS		20.824	19.536	6,6%
(+/-)	Fundos Administrativos	16.208	15.811	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	4.616	3.725	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO				
POSTALPREV				
DESCRIÇÃO		Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
	A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	3.937.391	4.250.259	-7,36%
	1 . ADIÇÕES	956.018	567.055	68,59%
(+)	Contribuições Previdenciais	530.151	567.055	
(+)	Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	425.867	0	
	2 . DESTINAÇÕES	(276.294)	(879.923)	-68,60%
(-)	Benefícios	(245.684)	(589.292)	
(-)	Resultado Negativo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(257.407)	
(-)	Custeio Administrativo	(30.610)	(33.224)	
	3 . ACRÉSCIMO/DESCRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1 + 2)	679.724	(312.868)	-317,26%
(+/-)	Provisões Matemáticas	530.928	(545.656)	
(+/-)	Fundos Previdenciais	96.870	81.070	
(+/-)	Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	51.926	151.719	
	B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A + 3)	4.617.115	3.937.391	17,26%
	C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	139.018	112.454	23,62%
(+/-)	Fundos Administrativos	124.916	100.065	
(+/-)	Fundos dos Investimentos	14.101	12.389	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			
BENEFÍCIO DEFINIDO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1 .ATIVOS	3.030.842	2.893.183	4,8%
Disponível	737	2.132	
Recebível	167.564	152.148	
Investimentos	2.862.540	2.738.903	
Títulos públicos	1.484.282	1.564.720	
Créditos privados e depósitos	43.779	58.709	
Ações	49.751	54.137	
Fundos de investimentos	735.599	551.591	
Investimentos imobiliários	285.304	234.929	
Empréstimos e financiamentos	246.063	267.465	
Depósitos Judiciais	17.762	7.352	
2 .OBRIGAÇÕES	142.220	124.140	14,6%
Operacional	118.838	108.938	
Contingencial	23.382	15.202	
3 .FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS (Nota 5.4)	20.824	19.536	6,6%
Fundos Administrativos	16.208	15.811	
Fundos dos Investimentos	4.616	3.725	
4 .TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	2.867.798	2.749.507	4,3%
Provisões Matemáticas	8.902.486	9.251.641	
Superávit/(Déficit) Técnico	(6.034.687)	(6.502.132)	
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	(6.034.687)	(6.502.132)	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	21.913	93.505	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	(6.012.775)	(6.408.627)	-6,2%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS			
POSTAPREV			
DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
1 .ATIVOS	4.868.143	4.130.190	17,87%
Disponível	3.524	584	
Receível	203.048	183.576	
Investimentos	4.661.572	3.946.030	
Títulos públicos	3.342.378	2.850.657	
Créditos privados e depósitos	65.453	56.357	
Ações	29.980	28.879	
Fundos de investimentos	743.655	586.833	
Empréstimos e financiamentos	480.105	423.305	
Depósitos Judiciais	2	0	
2 .OBRIGAÇÕES	112.011	80.346	39,41%
Operacional	112.011	80.346	
3 .FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	139.018	112.454	23,62%
Fundos Administrativos	124.916	100.065	
Fundos dos Investimentos	14.101	12.389	
4 .TOTAL DOS ATIVOS LÍQUIDOS (1 - 2 - 3)	4.617.115	3.937.390	17,26%
Provisões Matemáticas	4.117.890	3.586.961	
Superávit/(Déficit) Técnico	23.344	-28.582	
Fundos Previdenciais	475.881	379.011	
5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO			
a) Equilíbrio Técnico	23.344	-28.582	
b) (+/-) Ajuste de Precificação	36.515	39.214	
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a + b)	59.859	10.632	463,01%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			
BENEFÍCIO DEFINIDO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	3.014.634	2.877.374	4,8%
1. Provisões Matemáticas	8.902.486	9.251.641	-3,8%
1.1 Benefícios Concedidos	10.478.961	10.471.407	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	10.478.961	10.471.407	
1.2 Benefícios a Conceder	3.950.055	4.273.842	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.478.996	3.625.471	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	471.059	648.371	
1.3 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	(5.526.531)	(5.493.608)	
(-) Déficit Equacionado	(5.526.531)	(5.493.608)	
(-) Patrocinador(es)	(2.745.628)	(2.735.837)	
Equacionamento de 2012	(598.646)	(596.877)	
Equacionamento de 2014	(2.146.982)	(2.138.959)	
(-) Participantes	(767.125)	(100.110)	
Equacionamento de 2012	(166.905)	(21.911)	
Equacionamento de 2014	(600.220)	(78.200)	
(-) Assistidos	(2.013.778)	(2.657.661)	
Equacionamento de 2012	(439.627)	(579.909)	
Equacionamento de 2014	(1.574.151)	(2.077.752)	
2. Equilíbrio Técnico	(6.034.687)	(6.502.132)	-7,2%
2.1 Resultados Realizados	(6.034.687)	(6.502.132)	
(-) Déficit Técnico Acumulado	(6.034.687)	(6.502.132)	
3. Fundos (Nota 5.4)	4.616	3.725	23,9%
3.1 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4.616	3.725	
4. Exigível Operacional	118.838	108.939	9,1%
4.1 Gestão Previdencial	86.973	76.216	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	31.866	32.723	
5. Exigível Contingencial	23.382	15.201	53,8%
5.1 Gestão Previdencial	8.301	10.253	
5.2 Investimentos - Gestão Previdencial	15.081	4.948	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIOS			
POSTALPREV			
DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Variação (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	4.743.227	4.030.127	17,69%
1. Provisões Matemáticas	4.117.890	3.586.962	14,80%
1.1 Benefícios Concedidos	478.953	469.995	
Contribuição Definida	114.911	109.197	
Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	364.042	360.798	
1.2 Benefício a Conceder	3.638.937	3.116.967	
Contribuição Definida	3.638.937	3.116.967	
Saldo de Contas - parcela patrocinador(es)/Instituidor(es)	1.790.233	1.533.510	
Saldo de Contas - parcela participantes	1.848.704	1.583.457	
2. Equilíbrio Técnico	23.344	(28.582)	-181,68%
2.1 Resultados Realizados	23.344	(28.582)	
Superávit Técnico Acumulado	23.344	0	
Reserva de Contingência	23.344	0	
(-) Déficit Técnico Acumulado	0	(28.582)	
3. Fundos	489.982	391.400	25,19%
3.1 Fundos Previdenciais	475.881	379.011	
3.2 Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	14.101	12.389	
4. Exigível Operacional	112.011	80.346	39,41%
4.1 Gestão Previdencial	109.179	78.314	
4.2 Investimentos - Gestão Previdencial	2.832	2.033	

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34

R\$ mil

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA			
CONSOLIDADO			
DESCRIÇÃO	Exercício 2018	Exercício 2017	Varição (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	115.876	106.015	9,3%
1. Custeio da Gestão Administrativa	89.414	127.082	-29,6%
1.1 Receitas	89.414	127.082	-29,6%
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	42.264	43.129	
Custeio Administrativo dos Investimentos	29.224	67.392	
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	6.729	7.243	
Receitas Diretas	346	78	
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	10.563	8.641	
Outras Receitas	289	600	
2. Despesas Administrativas	64.096	89.418	-28,3%
2.1 Administração Previdencial	28.144	58.135	-51,6%
Pessoal e Encargos	21.061	39.392	
Treinamentos/Congressos e Seminários	27	281	
Viagens e Estadias	94	939	
Serviços de Terceiros	3.198	7.152	
Despesas Gerais	1.776	4.956	
Depreciações e Amortizações	702	319	
Tributos	1.286	5.097	
2.2 Administração dos Investimentos	35.952	31.283	14,9%
Pessoal e Encargos	16.540	14.942	
Treinamentos/Congressos e Seminários	83	120	
Viagens e Estadias	286	432	
Serviços de Terceiros	8.794	11.507	
Despesas Gerais	4.904	1.961	
Depreciações e Amortizações	1.425	136	
Tributos	3.921	2.185	
3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas	69	27.804	-99,8%
4. Sobras/Insuficiência da Gestão Administrativa (1 - 2 - 3)	25.249	9.861	156,1%
5. Constituição/(Reversão) do Fundo Administrativo (4)	25.249	9.861	156,1%
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A + 5)	141.124	115.876	21,8%

As notas explicativas são parte integrantes das Demonstrações Contábeis.

WALTER DE CARVALHO PARENTE
 INTERVENTOR
 CPF: 122.669.573-68

RENATA BORGES RIBEIRO DE SOUZA
 CONTADORA CRC-DF 019741/O-5
 CPF: 782.565.771-34